



2007

R e l a t ó r i o A n u a l

A contribuição do IICA para a
agricultura e o desenvolvimento
das comunidades rurais no

BRASIL



IICA 
Instituto Interamericano de
Cooperación para a Agricultura

65
ANIVERSÁRIO
1942 - 2007

RELATÓRIO ANUAL | 2007

A contribuição do IICA para a agricultura e o desenvolvimento das comunidades rurais no Brasil



© IICA

1ª edição: 2008

Direitos reservados desta edição:
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no site institucional www.iica.org.br

Coordenação de Projeto

Carlos Américo Basco

Organização

Bráulio Heinze

Coordenação Editorial

Mário Ibraim Salimon

Reportagem

Fernanda Teixeira Tallarico

Rodrigo Germano Rodrigues

Projeto Gráfico e Diagramação

www.grifodesign.com.br

Revisão

Cecília Fujita dos Reis

Fotos

Mário Ibraim Salimon

Fernanda Teixeira Tallarico

Rodrigo Germano Rodrigues

Ministério da Integração Nacional

Banco de imagens Shutterstock

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA

Relatório Anual 2007: A contribuição do IICA para a agricultura e o desenvolvimento das comunidades rurais no Brasil / IICA. – Brasília : IICA, 2007.

80 p. ; 21 x 29,7 cm.

ISBN 13 978-92-9039-887-5

1. Desenvolvimento Rural 2. Agronegócio 3. Sanidade Agropecuária 4. Relatórios I. IICA II. Título.

AGRIS
E14

DEWEY
630

Brasília, Brasil 2008



2007

R e l a t ó r i o A n u a l



A contribuição do IICA para a
agricultura e o desenvolvimento
das comunidades rurais no

BRASIL



IICA 
Instituto Interamericano de
Cooperación para a Agricultura

65
ANIVERSÁRIO
1942 - 2007



1. Introdução	7
2. Resumo Executivo	9
2.1 Resultados da cooperação técnica em 2007	9
2.1.1 Contribuição do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural	9
2.1.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios	9
2.1.3 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial	10
2.1.4 Promoção da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos (SAIA)	11
2.1.5 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente	12
2.1.6 Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e do desenvolvimento rural	12
3. O estado da agricultura e a vida rural no Brasil em 2007	13
3.1 Fatores do entorno nacional	14
3.2 Mudanças na legislação e nas políticas para a agricultura e a vida rural	16
3.3 Reformas institucionais na agricultura e o meio rural	19
3.4 Comércio agroalimentar e desenvolvimento dos agronegócios	21
3.5 Sanidade Agropecuária e Inocuidade de Alimentos (SAIA)	25
3.5.1 Avanços e problemas relacionados à sanidade agropecuária no Brasil em 2007	25
3.6 Inovação, ciência e tecnologia agropecuária	29
3.7 Desenvolvimento rural sustentável	33
4. Resultados da implementação da Agenda Nacional de Cooperação Técnica no Brasil durante 2007	37
4.1 Contribuição do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural	37
4.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios	38
4.3 Promoção da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade dos Alimentos (SAIA)	44
4.4 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente	47
4.5 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial	52
4.6 Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e do desenvolvimento rural	60





Sumário


5. Resultados da cooperação interagencial	67
5.1 ILPES–CEPAL	67
5.2 CIFOR	67
5.3 OPAS	67
5.4 BID	68
5.5 Banco Mundial (BIRD)	68
5.6 WWC	68
6. Resultados da cooperação técnica horizontal	69
6.1 Missão Brasil–Guatemala	70
6.2 Visita técnica de dirigentes venezuelanos e de especialista em turismo rural do IICA/Venezuela ao Brasil	70
6.3 Missão Brasil–Venezuela	70
6.4 Cooperação Brasil–Canadá	71
6.5 Visita de técnicos do IICA/Brasil à Espanha	71
7. Novas oportunidades para a cooperação técnica	73
8. Eventos de capacitação organizados e apoiados pela Representação do IICA no Brasil em 2007	75
9. Lista de publicações	77







1. Introdução



O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano, criado por resolução do Conselho Diretor da União Pan-Americana em outubro de 1942. De acordo com a convenção vigente, os objetivos do IICA são estimular, promover e apoiar os esforços dos 34 Estados-Membros, para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural.

O IICA trabalha com base em um conjunto muito claro de princípios e objetivos estratégicos. Possui um mandato definido pela Junta Interamericana de Agricultura (JIA), composta pelos ministros da Agricultura dos Estados-Membros, e opera com base em um Plano de Médio Prazo (PMP), que reflete as tendências do setor agropecuário da América Latina e do Caribe e define as áreas programáticas para a sua cooperação técnica.

A Representação do IICA neste país conta 42 anos de trabalho, tempo em que vem acumulando e compartilhando conhecimentos e experiências em temas importantes para a agenda de desenvolvimento no hemisfério. Atua em áreas estratégicas, como comércio e desenvolvimento do agronegócio, inovação tecnológica, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, desenvolvimento rural sustentável e capacitação no meio rural.

Trata-se de uma atuação inclusiva. Os projetos de cooperação técnica do IICA/Brasil consolidam atividades de mais de 1.000 organizações dos três setores da sociedade. A relação dá-se nos três níveis de governo da federação e objetiva, de maneira constante, a integração das comunidades participantes. É um trabalho abrangente, visto que alcança 90% dos estados brasileiros.

A Representação do IICA no Brasil tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual de suas principais realizações em 2007, ano em que obteve importantes conquistas, que ora compartilhamos com os leitores desta publicação.

O presente documento oferece uma perspectiva técnica das atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos de cooperação realizados em cada uma das áreas estratégicas do IICA, de acordo com o Plano de Médio Prazo da instituição e a Agenda Nacional de Cooperação Técnica.

Os resultados apresentados neste relatório refletem as diretrizes e as prioridades estabelecidas na Declaração de Bávaro, firmada pelos ministros da Agricultura dos 34 países-membros do hemisfério, durante a Junta Interamericana de Agricultura.





2. Resumo Executivo

2.1 Resultados da Cooperação Técnica em 2007

2.1.1 Contribuição do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural

Com o objetivo principal de ampliar a contribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, o IICA vem implementando um projeto de cooperação técnica para o aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégica e operacional e de educação corporativa, a partir da análise e redesenho dos processos de planejamento estratégico, gestão do conhecimento e capacitação.

Cabe também ressaltar o apoio dado pelo IICA ao MAPA na formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, a partir da realização de estudos e diagnósticos das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

2.1.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios

O IICA também tem prestado sua cooperação técnica no processo de levantamento do estado da arte das Câmaras Setoriais e Temáticas no Brasil e no diagnóstico da Coordenação de Apoio às Câmaras Setoriais do MAPA. Assessorou a construção e consolidação do Plano Estratégico da Coordenação de Apoio às Câmaras Setoriais (CGAC) e apoiou a formulação e acompanhamento da agenda de trabalho das câmaras setoriais e temáticas do Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro) e do próprio MAPA.

Em parceria com a Secretaria de Políticas Agrícolas do MAPA o IICA promoveu a pesquisa e o lançamento da “Série Agronegócio”, que reúne nove estudos sobre a competitividade das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. É um compêndio de estudos que levantam as principais vantagens dos produtos brasileiros no cenário mundial e, paralelamente, propõem ao governo medidas que podem potencializar o agronegócio tanto no cenário nacional como global, vinculadas à melhora nas infra-estruturas de escoamento, armazenagem e transporte da produção agrícola, nas

relações internas nas cadeias produtivas e na distribuição dos rendimentos entre os segmentos, basicamente, aumentando a remuneração dos produtores pequenos e médios que participam nas cadeias produtivas.

Com o objetivo de construir um Portal Interativo, “nodo” de agronegócio capaz de irradiar conhecimento e propiciar a cooperação horizontal, além de facilitar o acesso expedito a informações relevantes para a tomada de decisões, o IICA tem atuado no sentido de sistematizar contribuições técnicas relevantes, experiências brasileiras bem-sucedidas, políticas que fortalecem o agronegócio e a agricultura familiar, modalidades de financiamento e avanços relevantes nos programas de agroenergia e biocombustíveis, todos a partir de fontes tradicionais e alternativas de pesquisa, que promovam a dinamização do agronegócio.

O Instituto também incursionou em 2007 em ações de cooperação com governos locais, promovendo em Formosa, município localizado nas proximidades de Brasília, um modelo de desenvolvimento impulsionado pela dinamização do agronegócio dos biocombustíveis e pelo fortalecimento da indústria turística e do artesanato. Em 2007 realizaram-se, em parceria com a Prefeitura de Formosa, cursos de Planejamento, Programação e Elaboração de Projetos de Investimento e levantou-se um diagnóstico que ressalta as principais vocações e capacidades do Município. A segunda fase deverá construir com os atores locais o Plano de Desenvolvimento.

A RIB produz e divulga, aos setores competentes, informações gerais e específicas sobre o agronegócio brasileiro e o estado das negociações agrícolas internacionais, bem como as mais relevantes oportunidades de investimento nos agronegócios no Brasil e análises sobre as implicações, para o país, das mudanças nas regras do comércio e das negociações globais.

2.1.3 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial

A Representação do IICA no Brasil tem cooperado tecnicamente com o governo brasileiro na implementação da política nacional que apóia o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza rural desde uma perspectiva territorial.

Nesse sentido, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) conta com a cooperação técnica do IICA para estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, ampliando a capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais em 118 territórios rurais.

Outra ação do Instituto a ser destacada foi sua atuação junto ao Ministério da Integração Nacional (MI), no sentido de promover a redução das desigualdades regionais mediante o fortalecimento da capacidade institucional do MIN no que diz respeito ao processo de formulação de políticas, aos mecanismos e instrumentos de desenvolvimento regional e à implementação de programas integrados de desenvolvimento.

Também com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o IICA desenvolve, por meio do projeto de cooperação técnica com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA),

o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que busca valorizar e divulgar o conceito de agricultura familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural, com a diversificação das atividades rurais e a construção de mecanismos que permitam a geração de valor à produção.

Em 2007, a cooperação técnica do IICA aos governos estaduais do Maranhão, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, ocorreu por meio do apoio às ações de combate à pobreza rural. Com isso em vista, o Instituto pratica seu modelo de identificação e tratamento de oportunidades e demandas, assim como mantém a política de organização social da população, capacitação e elaboração de projetos com a efetiva participação das comunidades beneficiárias.

O IICA no Brasil tem buscado facilitar a aprendizagem contínua em dupla via: difundindo a experiência brasileira na formulação de estratégias, políticas e criação de capacidades locais de forma sustentável; apoio a programas e projetos; e recuperando melhores práticas utilizadas no desenvolvimento rural em outros países que podem ser úteis para o Brasil.

Nesse sentido, a Representação do IICA no Brasil criou o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural no Brasil, como uma instância articuladora do trabalho nacional e difusora da experiência brasileira para o resto do continente, acelerando, assim, o intercâmbio de conhecimentos e de profissionais entre países da região nos processos de cooperação técnica horizontal.

2.1.4 Promoção da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos (SAIA)

O Ministério da Agricultura tem contado com a cooperação do IICA para o fortalecimento e reposicionamento institucional da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) no contexto das atividades de gestão estratégica do Ministério, mediante iniciativas e projetos orientados a fortalecer e aparelhar as áreas específicas da SDA, para o atendimento com prontidão das demandas da sociedade.

Mais especificamente, o IICA tem atuado nas ações de cooperação técnica: (i) Desenvolvimento do Programa Nacional de Educação Sanitária (PNESA/SDA/MAPA); (ii) Realização de oficinas para elaboração do Plano Diretor da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL/SDA/MAPA); (iii) Capacitação de técnicos do MAPA e de outras instituições sobre a aplicação e utilização do Instrumento Desempenho, Visão e Estratégia (DVE) da OIE/IICA e da ONPF; (iv) Promoção de mecanismos de transmissão das experiências em medidas sanitárias e fitossanitárias; (v) Desenvolvimento de capacidades dos Laboratórios Nacionais de Referência Agropecuária (Lanagros); (vi) Assistência técnica para elaboração dos projetos de desenvolvimento dos Laboratórios Nacionais de Referência Agropecuária; e (vii) Promoção da temática de Bem-Estar Animal, no XXIV Encontro Anual de Etologia.

O IICA Brasil tem participado ativamente na realização de eventos de nível internacional vinculados com os objetivos da área de SAIA.



2.1.5 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente

O IICA tem focado sua atuação nessa temática, no que diz respeito ao fortalecimento da capacidade técnica, institucional e gerencial das entidades nacionais responsáveis pela formulação, execução e avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos no tema de gestão integrada de recursos naturais e desenvolvimento regional. Nesse sentido, a atuação do IICA tem permitido aos governos federal e estaduais contar com instrumentos inovadores de planejamento e gestão estratégica para o aproveitamento racional dos recursos hídricos, minimização das desigualdades regionais e preservação ambiental.

Destaca-se, nesse contexto, a experiência regional do IICA com o tema da desertificação, ao coordenar o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul – IICA/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Esse programa envolve atualmente seis países, entre os quais o Brasil, e tem como proposta melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais afetadas pela desertificação, a partir da mudança de comportamento, de tecnologias apropriadas e de capacitação e treinamento, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

2.1.6 Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e do desenvolvimento rural

Cabe ressaltar a parceria com a Embrapa na execução do *Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão na Pesquisa Agropecuária – Agrofuturo*, que tem destacada importância na geração e na utilização da pesquisa agropecuária para melhorar a competitividade e a qualidade das cadeias produtivas. O projeto contribui ainda para o desenvolvimento de comunidades rurais que precisam de tecnologia de produção agropecuária, de tecnologia de agregação de valor aos seus produtos, de conhecimentos técnicos, de conservação dos recursos naturais, enfim, de estudos que atendam seus anseios e garantam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.





3. O estado da agricultura e a vida rural no Brasil em 2007



3.1 Fatores do entorno nacional

O ano de 2007 foi encerrado com um crescimento do PIB em ritmo acelerado. O Boletim da UFRJ calcula esse crescimento em 5%, o do FIPE em 4,4% e o do IPEA em 4,5%, ou seja, todos acreditam num crescimento superior à taxa média de expansão do PIB no triênio 2004-2006 (4,1% aa). O Brasil, portanto, teria resistido às turbulências ocorridas no mercado financeiro internacional.

Os analistas também concordam que a redução da taxa Selic cumpriu um papel relevante nesse processo.

No entanto, a diminuição dos juros não conseguiu evitar que houvesse uma piora do saldo comercial. Dados do *Boletim de Conjuntura* da UFRJ, embora mostrem um crescimento relativamente alto das exportações e um saldo comercial elevado – o saldo comercial ficou em US\$43,2 bilhões (US\$153,4 bilhões de exportações e US\$110,2 bilhões de importações) –, revelam também que as exportações em 2007 cresceram a um ritmo menor (15,9%) que as importações (27,8%) em relação aos doze meses anteriores.

O dólar em torno R\$1,70 preocupa os empresários e redobra as inquietações do governo quanto ao desempenho das exportações e à entrada de produtos importados.

Apesar da valorização do real, os dados da balança comercial indicam uma boa performance do comércio exterior brasileiro. Por enquanto, os preços favoráveis para as *commodities* têm sustentado o aumento das exportações.

O IPEA constata também um desequilíbrio de natureza fiscal: a expansão do gasto público bem acima do PIB (o gasto primário total do Governo Central cresceu 9,4% nos primeiros sete meses do ano). A contrapartida disso tem sido a elevação da carga tributária que, segundo o IPEA: i) prejudica a competitividade da economia brasileira, dificultando a correção do descompasso atual demanda/PIB e importações/exportações; ii) tende a afetar negativamente o investimento.

Uma variável-chave para a sustentabilidade do crescimento seria o aumento da taxa de investimento nos próximos anos. Essa taxa ainda se encontra em nível muito baixo – 17,1% do PIB nos quatro trimestres encerrados no segundo trimestre de 2007 – e insuficiente para um crescimento sustentado em torno de 5% ao ano (IPEA, 2007).

Não somente a infra-estrutura de transporte e de energia mostra sinais de esgotamento em um horizonte bastante curto, como o próprio setor industrial apresenta elevados níveis de utilização de suas plantas, o que deve afetar o PIB potencial do Brasil¹.

1. CRUZ, Hélio Nogueira da. FIPE, out. 2007.



Outro problema que emergiu no final de 2007 está ligado ao tema da inflação. Vários elementos apontam um aumento da inflação no futuro próximo: uma menor taxa de juros contribuirá para aumentar a demanda; o câmbio, depois de cinco anos colaborando para a queda da inflação, deixará provavelmente de exercer esse papel; e a redução da ociosidade deixará os produtores com maior poder de barganha diante dos consumidores para procurar aumentar suas margens. Essas pressões se somariam ao recente surgimento de uma alta nas taxas de variação em 12 meses de algumas rubricas importantes na composição dos índices de preços, não totalmente compensadas pela ajuda que vem sendo exercida nos últimos meses pelos preços administrados (UFRJ, out. 2007).

Até o fim de 2008, o IPEA espera uma tendência gradual de aumento da taxa de inflação, com pequenas oscilações, atingindo 4,3% em 2008, após ser de 4,0% em 2007.

Como contrapartida a esses problemas o mercado de trabalho brasileiro se expandiu de forma gradual ao longo do ano. Segundo esse instituto, essa melhora quantitativa do emprego vem ocorrendo junto com uma “crescente formalização do emprego, evidenciada pelo incremento, no acumulado do ano, de 4,2% no número de ocupados com carteira assinada. Assim como o nível de emprego, os rendimentos também apresentam um movimento de alta continuada”.

Algumas evidências sugerem que o setor agrícola responde com mais rapidez às condições de demanda do que as *commodities* metálicas, e, portanto, já estaríamos próximos de um fim do ciclo de aumento. Essa análise é defendida por uma parte do mercado.

Entretanto, há quem diga que o atual aumento é apenas um início de uma tendência de longo prazo influenciada pelo elevado preço do petróleo, mudanças permanentes da demanda e condições adversas de oferta. Se isso for verdade, os índices de preços permanecerão um longo tempo pressionados.

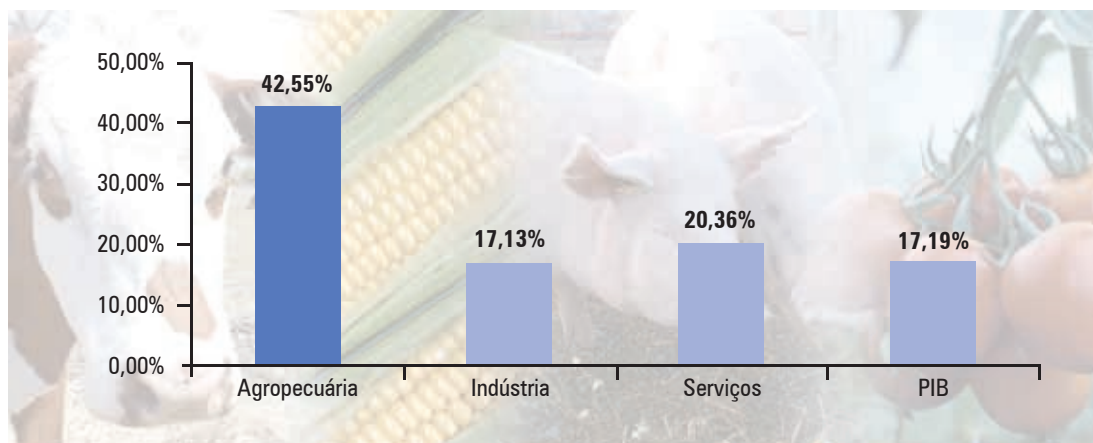
O PIB agrícola tem se mantido estável em relação ao total, apresentando um crescimento médio, de 1995 a 2006, de 11,36% ao ano, passando de R\$35,55 bilhões para R\$102,89 bilhões (MAPA, out. 2007).

Esse comportamento teria ocorrido, segundo o MAPA, “mesmo diante de algumas crises causadas pela queda em nível de preços de algumas *commodities* agrícolas, pelas dificuldades estruturais de escoamento da produção no Centro-Oeste brasileiro e pelo elevado endividamento dos produtores rurais” (Boletim 1, out. 2007).

O PIB agropecuário teria apresentado o melhor desempenho na economia brasileira, com um acréscimo de 42,55%, contra os setores de indústria e serviços, que apresentaram acréscimos de 17,13% e 20,36%, respectivamente.



VARIAÇÃO ACUMULADA – 1999 A 2007 – POR SETOR



Fonte: IBGE e Ipea.

Um limitante à expansão agrícola está situado no aumento dos preços dos insumos.

Como se sabe, os preços dos insumos agrícolas (defensivos, fertilizantes e corretivos, sementes etc.), desde meados de 2006, vêm aumentando de forma considerável, em resposta a um aumento de demanda interna, somada à conjuntura internacional.

Os motivos são os mesmos que vêm reforçando a tendência altista dos preços das *commodities*: a maior demanda de milho para a produção de etanol nos Estados Unidos, o crescimento do consumo de alimentos na China e na Índia e o aumento na demanda mundial por biocombustíveis. O consumo mundial de fertilizantes cresce ao ritmo do crescimento das áreas plantadas, baixando estoques e elevando os preços no mercado internacional e interno.

3.2 Mudanças na legislação e nas políticas para a agricultura e a vida rural

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2007/2008 dá continuidade ao compromisso do governo de apoiar o setor agropecuário no cumprimento de suas funções tradicionais de abastecimento do mercado interno, expansão das exportações e geração de emprego, divisas e energia. Nesse sentido, apresenta uma sinalização segura quanto ao direcionamento da política agrícola para o próximo ano-safra e define os principais objetivos a serem alcançados:

- reduzir os custos dos financiamentos agrícolas;
- fortalecer a média agricultura;
- reduzir a necessidade de intervenções pontuais e casuísticas do governo, sobretudo em situações de crise;
- contribuir para a estabilidade da renda agrícola;
- conferir maior estabilidade às normas gerais dos instrumentos de política agrícola.

A exemplo do ocorrido em anos anteriores, o governo intensifica seus esforços no sentido de aprimorar seus instrumentos de política de apoio ao setor e, sempre que necessário, amplia esse apoio em níveis satisfatórios ao atendimento daqueles objetivos, assegurando a continuidade do desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira. Assim, as principais medidas adotadas são as seguintes:

- aumentar a oferta de recursos do sistema oficial de crédito rural;
- reduzir taxas de juros;
- ampliar os limites do crédito rural por tomador;
- ampliar a utilização dos instrumentos privados de crédito;
- intensificar o apoio à média agricultura;
- garantir recursos para equalização do Prêmio do Seguro Rural;
- continuar o esforço de consolidação do Seguro Rural;
- encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei de criação do Fundo de Catástrofe;
- garantir recursos para o apoio à comercialização antes e após o plantio;
- estimular as operações de *hedge*.

A adoção dessas medidas, sobretudo as referentes ao aumento no volume de recursos e a redução de taxas de juros, terá ampla repercussão em termos de modernização do setor e elevação da renda do produtor rural.

O Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 (PAP 2007/2008) apresentou uma agenda de trabalho com pontos considerados prioritários para que o agronegócio brasileiro permaneça competitivo dentro e fora do país. Muitos desses pontos foram contemplados no PAP 2007/2008, outros dependem de estudos, diagnósticos e decisões, mas as diretrizes foram traçadas para que se trilhe o caminho planejado.

A defesa sanitária animal e vegetal é uma dessas prioridades. Afinal, o Brasil vem perdendo anualmente bilhões de reais por falta de um bom controle sanitário, seja na febre aftosa, na brucelose ou na tuberculose que afetam os rebanhos. Só na última safra, na área vegetal, a ferrugem asiática da soja gerou um prejuízo de R\$2,2 bilhões. Há ainda pragas como o bicudo, do algodão, a peste suína africana, a vassoura-de-bruxa, no cacau, e a *sigatoka* negra, na banana.

No Plano também foram considerados fundamentais para o desenvolvimento agropecuário do país: a criação do Fundo de Catástrofe, cujo projeto de lei foi encaminhado ao Congresso Nacional; a realização de investimentos em infra-estrutura e logística, as negociações internacionais, a renegociação do endividamento agrícola, a bioenergia, a redução da taxa de juros do crédito rural e a prática de preços mais competitivos dos insumos agrícolas.

No que se refere à infra-estrutura logística, é imprescindível que a Região Centro-Oeste, onde se localiza a maior parcela da produção de grãos e carnes, receba um tratamento diferenciado. São necessários investimentos nas rodovias, hidrovias, ferrovias e nos portos, além de reforma no sistema de serviços de cabotagem.

O endividamento rural, principalmente de produtores localizados em regiões mais distantes dos portos e dos mercados consumidores, foi agravado pela ocorrência de adversidades climáticas, em 2004 e 2005, e pela incidência de ferrugem asiática na soja. Nesse cenário, no qual o produtor enfrenta adversidades naturais e oriundas da política macroeconômica, ele encontra dificuldades em quitar seus débitos. Ainda assim, 90% dos produtores que contraíram dívidas de custeio na última safra estão em dia com seus credores. Para solucionar o problema do endividamento do setor, o MAPA tem desenvolvido mecanismos tecnicamente viáveis, financeiramente suportáveis e socialmente justos.

Quanto às negociações internacionais, os países importadores impõem barreiras diversas, tarifárias e não-tarifárias, para proteger a produção local, o que resulta em prejuízos aos países produtores mais competitivos, como é o caso do Brasil. Por isso é fundamental que seja dada continuidade às negociações, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), visando à liberação do comércio e eliminação das barreiras protecionistas.

O Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 aumentou a oferta de recursos por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e reduziu os encargos financeiros das diversas linhas de crédito.

A mudança no nível da taxa de juros do crédito rural também foi item de destaque na agenda de trabalho do MAPA. Há quase dez anos, o governo fixou os juros para o setor em 8,75%. Para a safra 2007/2008, esse percentual caiu para 6,75%. Como a inflação, a taxa Selic (taxa básica de juros) e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) caíram, houve a redução dos encargos do crédito rural.

O PAP 2007/2008 prevê a aplicação de R\$70 bilhões no crédito rural. Desse montante, R\$58 bilhões são destinados à agricultura empresarial, um crescimento de 16% em relação aos R\$50 bilhões ofertados na safra 2006/2007. Para o custeio e comercialização são destinados R\$49,1 bilhões e R\$8,9 bilhões para investimento. Estão previstos, ainda, R\$12 bilhões para a agricultura familiar, 20% a mais do que o ofertado na safra anterior.

A importância econômica e social da fruticultura brasileira é inquestionável. O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas frescas e na conquista de espaços em novos mercados no exterior.

A agroenergia é uma aposta do governo federal em um novo vetor de desenvolvimento socioeconômico para o meio rural brasileiro. Para isso, foram criadas linhas de crédito para a produção de matérias-primas e para a implantação de unidades industriais de processamento. Também estão sendo priorizados os investimentos em estudos técnicos, como o zoneamento agrícola da cana-de-açúcar, do eucalipto e de diversas oleaginosas, além do fortalecimento das ações de apoio ao cooperativismo e ao associativismo rural.

O Programa de Desenvolvimento da Agroenergia, como um dos programas estratégicos que integrarão o Plano Plurianual de 2008 a 2011, contempla um conjunto de ações que busca a sintonia entre o fortalecimento da pesquisa, a difusão de tecnologias, a capacitação de agricultores e a parceria estratégica com governos de outros países, no sentido de com-

partilhar a experiência brasileira, cuja parceria externa é fundamental para a construção do mercado internacional para biocombustíveis. Além disso, deverá constituir grande oportunidade para a venda de equipamentos, de tecnologias e de serviços. O esforço integrado será fundamental para que o Brasil consolide sua posição de vanguarda e liderança na produção e uso de fontes renováveis de energia, nos quais a agricultura se destaca.

3.3 Reformas institucionais na agricultura e o meio rural

No bojo dos processos de redemocratização vivenciados pela maioria dos países latino-americanos ocorreu o fortalecimento de novas institucionalidades, ou seja, novas formas de organizações que não são governamentais, porém executam variadas e múltiplas atividades políticas, culturais e socioeconômicas de caráter público.

Na prática, o que se observa é o surgimento e proliferação de organizações de base e colegiados (conselhos, fóruns e outros) municipais, territoriais e estatais que constituem instâncias de governança e gestão social, não necessariamente fundamentadas em normas legais, porém legitimadas pelas organizações da sociedade civil.

Essas iniciativas convivem, e muitas vezes interagem, com entidades governamentais dos distintos níveis político-administrativos, juridicamente estabelecidos nas respectivas Constituições de cada país para gerir suas políticas públicas.

Esse processo redundou no fortalecimento do capital social dos territórios e, por consequência, no empoderamento de suas organizações para o maior controle social das políticas públicas.

A convivência e a interação dessas duas esferas de governança dão origem, em muitos lugares, a diferentes modelos de gestão compartilhada, que redefine o papel do Estado e suas relações com os atores sociais.

Análises fundamentadas apontam para um fato: as políticas públicas implementadas nas últimas décadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil ou foram insuficientes ou não pretendiam mesmo generalizar melhorias substanciais na qualidade de vida das populações que habitavam o interior brasileiro. A maior evidência é o aumento da pobreza² e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas.

Mesmo com avanços em espaços conquistados pelos movimentos sociais, os resultados ainda estão muito aquém das necessidades. Alguns poucos resultados ainda podem ser considerados restritos a determinadas regiões ou setores. As assimetrias quanto às

2. Em 1996, 28,6% dos lares brasileiros e 35,8% da população eram considerados pobres. Em 1999 esses indicadores subiram para 29,8% e 37,5%, respectivamente. O nível de indigência, entretanto, foi ligeiramente reduzido nesse mesmo período, passando de 10,5% dos lares e 13,9% da população, para 9,6% dos lares e 12,9% da população (CEPAL, *Panorama Social de América Latina – 2001-2002*).



oportunidades de desenvolvimento ainda produzem, no meio rural, o maior contingente de pobres e de excluídos.

Persistem os problemas de má distribuição da renda e as limitações de acesso a ativos produtivos e a serviços de apoio à produção. Para enfrentar as assimetrias que persistem nos níveis de desenvolvimento de vastas camadas sociais e de diversas regiões brasileiras, mudanças substanciais deverão ocorrer no escopo e na forma de encarar o desafio de resgatar, da pobreza e do abandono, a vasta população que atualmente enfrenta os velhos problemas que sempre assolaram o meio rural brasileiro. Mudanças essenciais deverão ser assumidas pelos formuladores e operadores das políticas públicas, o que significa, fundamentalmente, reconhecer a importância da agricultura familiar e do acesso à terra como dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo, mas também de compreender que uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações intersetoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão.

Mas, para ser valorizado, o rural precisa cumprir com os requisitos da produção, da otimização de seus recursos e da geração de riquezas, o que somente será viável se forem compreendidos e dinamizados seus próprios recursos humanos e naturais; se forem incorporados elementos da ciência, na forma de tecnologias ambientalmente amigáveis; se forem articuladas as suas interações com os demais setores econômicos; se o seu capital social³ se desenvolver e, com ele, as pessoas encontrarem melhores oportunidades de bem-estar e de dignidade.

Apesar das evidentes diferenças, o “rural” e o “urbano” não constituem mais dois mundos isolados. Em boa parte do Brasil, as comunidades rurais e urbanas estão intimamente associadas em termos de causas e efeitos de diversos problemas sociais, econômicos e ambientais. Seria sensato inferir que essas comunidades também estariam solidárias quanto às possibilidades reais de enfrentá-los. Concretamente, qualquer proposta inovadora que busque estimular o desenvolvimento sustentável deve enfatizar complementaridades, interdependências, coincidências e agendas comuns desses dois lados de uma mesma moeda.

3. Capital social refere-se às instituições, relações e normas que moldam a qualidade e a quantidade das interações sociais. Cada vez mais evidências têm demonstrado que a coesão social é crucial para que as sociedades prosperem economicamente e para que o desenvolvimento seja sustentável. O capital social não é apenas a soma das instituições que reforçam uma sociedade – é o amálgama que as mantém coesas (PAIVA, Adelina; ROSA, Sueli Couto. Construindo capital social para o desenvolvimento e a redução da pobreza no NE do Brasil. SEMINÁRIO “DIÁLOGOS SOBRE REDUÇÃO DA POBREZA RURAL NO NORDESTE”. Brasília: WBI/PNUD/IICA, 2003).

3.4 Comércio agroalimentar e desenvolvimento dos agronegócios

Cabe destacar, primeiramente, a alta participação do agronegócio na pauta de exportações brasileira, que em 2006 representou em média cerca de 41% do total exportado (MAPA, 2007).

Dentro desse volume destacam-se algumas *commodities*, especialmente as carnes e o complexo soja, que, segundo estudo da CNA, *Balança comercial do agronegócio – janeiro a setembro de 2007*, seriam os principais responsáveis pelos resultados da balança comercial do agronegócio, tendo registrado saldo de US\$36,64 bilhões de janeiro a setembro, 16,91% superior ao saldo do mesmo período de 2006, de US\$31,34 bilhões. Tal resultado se deve ao crescimento de 18,7% das exportações, totalizando US\$42,81 bilhões até setembro.

Embora o estudo da CNA constate uma redução no ritmo de crescimento das exportações do agronegócio, tanto em setembro (14,6%) como no acumulado do período, a expansão das exportações do setor continua superior ao crescimento das exportações totais do Brasil, de 12,6% em setembro e de 15,5% no período.

As exportações do conjunto das carnes, segundo a CNA, cresceram 32,0% no período, “resultado de 19,0% de aumento no *quantum* exportado e de 10,9% nos preços internacionais. O crescimento mais expressivo ocorreu no segmento da carne de frango, cujas exportações aumentaram 45,3%, alcançando US\$3,28 bilhões no período”.

O complexo soja foi outro destaque positivo do período de janeiro a setembro. As exportações bateram novo recorde, com aumento de 18,3%, totalizando US\$8,96 bilhões. “O principal responsável por esse desempenho foi a elevação de 22,2% nos preços, ocasionada pela elevação da demanda mundial. Somente em setembro, os preços subiram 37,0%” (CNA, 2007).

O aumento do consumo interno de milho nos Estados Unidos para a produção de etanol e a conseqüente redução das suas exportações vêm abrindo espaço para o milho brasileiro no mercado internacional. As exportações já aumentaram 252,3% no período, alcançando o inédito resultado de US\$1,14 bilhão, em 2007. Essa é a primeira vez que as exportações de milho superam a cifra de US\$1 bilhão. Dessa forma, o milho passou a ser um item representativo da pauta exportadora agrícola brasileira.

Em termos de balanço comercial (saldo de exportações menos importações) o maior gerador desse saldo, segundo estudo do IEDI (2007), teria sido o segmento *cereais* (no qual se destacam soja e milho como itens de exportação e trigo como item de importação), com US\$5,8 bilhões ou 28,0% do saldo comercial total, mesmo com o grande aumento das compras externas realizadas. Em seguida está o segmento *agricultura tropical* (café, açúcar, frutas, como destaques) respondendo por 26,1% do saldo (US\$5,4 bilhões).

Conseqüentemente, os efeitos ocasionados pela taxa de câmbio sobre o agronegócio dependem da ponderação das parcelas destinadas para o exterior e para o interior, das rela-



ções mantidas com os demais setores da economia, bem como da dependência de insumos importados a serem empregados na produção.

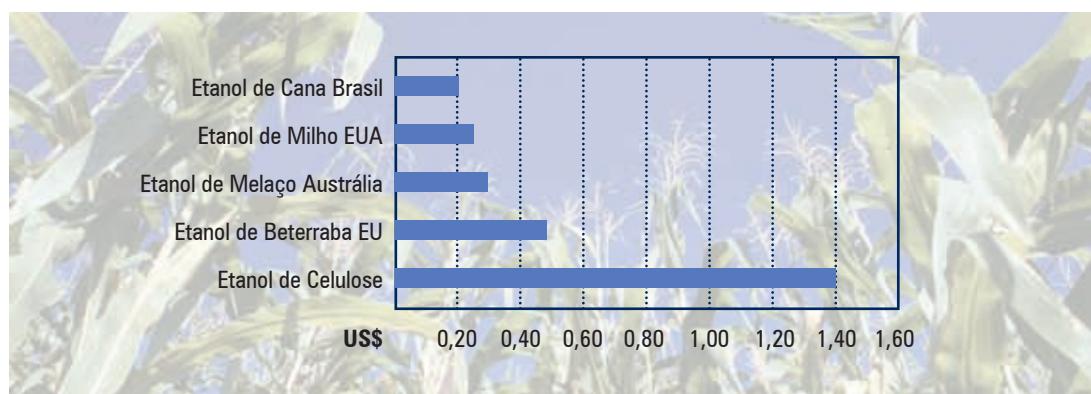
O trabalho de Takamatsu et al. (2007) mostra que de fato, de janeiro de 2000 a dezembro de 2004, na agricultura, por apresentar comportamento de preços flexíveis (*flex price*), a apreciação da taxa de câmbio implica perda de competitividade e a depreciação, por sua vez, implica ganho de competitividade.

Outro estudo (GONÇALVES DA SILVA et al., 2007) permite verificar que as variáveis taxa de câmbio real e renda mundial são fatores determinantes na explicação da evolução do valor das exportações agropecuárias, ou seja, aproximadamente 10,87% de sua variância é explicada pelos choques dessas variáveis ao final de 10 períodos.

Algumas cadeias produtivas têm tido um desempenho importante nos últimos anos no Brasil. Esse sucesso concentra-se principalmente nas cadeias de carnes – bovina, suína e de frango –, na cadeia do etanol, na cadeia de suco de laranja e na cadeia da soja. Incluímos uma breve referência ao setor de produção de feijão para mostrar também algo da realidade de uma cadeia de produtos básicos. Busca-se nesta seção avaliar a competitividade desses setores dentro do agronegócio brasileiro e internacional.

O etanol tem sido o produto mais comentado em 2007, devido à decisão dos Estados Unidos de fomentar sua produção a partir do milho e da beterraba. Como podemos observar na figura abaixo, o etanol brasileiro produzido com cana-de-açúcar possui menor custo de produção que estas alternativas:

CUSTO DE OBTENÇÃO DO LITRO DE ÁLCOOL



Fonte: CEPEA.

Aproveitando essa vantagem comparativa, no Brasil retomaram-se as metas agroenergéticas. Procura-se atualmente substituir o petróleo para que deixe de ser o único combustível para automóveis e preparar também o país para enfrentar problemas ambientais decorrentes das emissões de CO₂ (um dos principais gases causadores do efeito estufa) na atmosfera por automóveis movidos a combustíveis fósseis. Esses motivos despertaram a necessidade de buscar fontes energéticas alternativas que sejam menos poluentes ao meio ambiente. A cultura da cana-de-açúcar surge, assim, como a alternativa mais viável.

Estudos de competitividade: Série Agronegócio

Uma parceria do IICA com o Ministério
da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MARCO ORTEGA

Especialista em Agronegócios do IICA

A Série Agronegócio é um compêndio que teve por objetivo fundamental apresentar uma análise da competitividade de nove cadeias produtivas brasileiras diante do cenário doméstico e mundial, apontando os principais determinantes dessa competitividade e os fatores críticos para cada cadeia.

Em cada caso analisaram-se produtos com mercado já bem estruturado, em função da produção e do consumo interno em larga escala, além da ampla inserção do país no comércio internacional. As perspectivas de comercialização desses produtos no mercado mundial também são analisados.

A análise da evolução do mercado doméstico das cadeias propostas, a caracterização da produção, das principais regiões produtoras, dos movimentos de mudança na estrutura de produção, da dinâmica do consumo interno e do desempenho do comércio exterior brasileiro em relação a esses produtos, também é foco de observação.

Tendo a exportação como base, faz-se uma análise da posição que o Brasil ocupa no comércio mundial. A análise destaca a participação dos clientes tradicionais e dos novos/emergentes na pauta de exportações brasileiras; além das tendências e fatores críticos para o sucesso dessas exportações, observam-se as ações promovidas pelo governo e empresários das cadeias para ampliar a inserção do país no comércio internacional.

O trabalho contempla uma análise efetiva da competitividade das cadeias brasileiras, identificando os principais fatores ligados ao ambiente institucional, à tecnologia, aos custos, à gestão, ao transporte e à logística, à estrutura de mercado e aos mecanismos de governança.

Com base nas informações coletadas, são apresentadas projeções de produções, consumo e comércio até o ano de 2015. As condicionantes do cenário nacional e mundial são aqui observadas para a efetivação dessas estimativas. O trabalho se encerra na identificação dos fatores críticos para o sucesso das cadeias nos cenários projetados e com recomendações para políticas públicas, ações do setor privados e coordenação das cadeias estudadas.



CARLOS AMÉRICO BASCO
Representante do IICA no Brasil

Realizar os estudos das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro constituiu para o IICA importante oportunidade na consolidação e aperfeiçoamento da cooperação técnica com o MAPA. O projeto materializou duas oportunidades: desencadear um processo de melhoria contínua e implantar na cultura institucional o planejamento estratégico do agronegócio.

Construir juntos uma sistemática e inovadora compreensão do agronegócio brasileiro foi uma experiência que, acreditamos, abrirá novas portas para os interessados nos setores institucional e acadêmico que procuram um conhecimento mais detalhado, objetivo e oportuno da agricultura e do mundo rural do país.

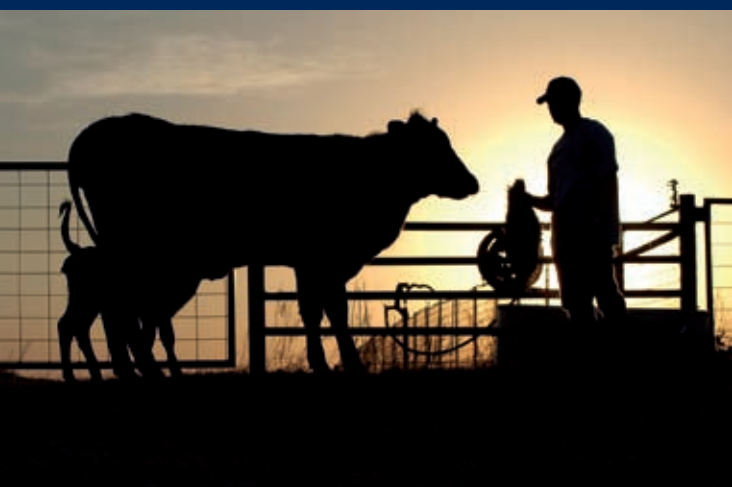
Conhecer os principais entraves e desafios do agronegócio de maneira séria, oportuna e sistêmica permitirá elevar a qualidade de insumos essenciais para a tomada de decisões e formular políticas públicas mais eficientes.

O estudo das cadeias produtivas possibilitou o acompanhamento de cada produto desde “dentro da porteira”, durante todo o seu trânsito por meio da cadeia, até se converter em *commodity* de exportação ou produto de consumo final no mercado interno. O registro e a avaliação desse processo marcam um precedente muito importante no estudo e análise da agricultura brasileira.

Estamos convencidos do valor e dos frutos que essa iniciativa produzirá a curto prazo. O desenvolvimento do trabalho caracterizou-se pela seriedade e competência com que todos os profissionais envolvidos no processo levantaram as informações, realizaram análises e formularam importantes conclusões que seguramente

nortearão decisões relevantes no agronegócio brasileiro e nas instâncias encarregadas de potencializar o seu desempenho.

Esperamos que esses primeiros estudos sejam um sinal de alerta, no sentido da importância de aprofundar os conhecimentos e estabelecer metodologias-padrão para o levantamento esquemático das cadeias e para o monitoramento e a avaliação da performance do sistema brasileiro de agronegócio.



3.5 Sanidade Agropecuária e Inocuidade de Alimentos (SAIA)

3.5.1 Avanços e problemas relacionados à sanidade agropecuária no Brasil em 2007

TEMA DA FEBRE AFTOSA

A ocorrência da febre aftosa afetou as exportações de carnes brasileiras, em 2006 e 2007, após a constatação da doença, em 2005, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. Em 2006, o Brasil exportou cerca de US\$3,7 milhões em animais vivos e produtos de origem animal⁴. Parceiros comerciais como a Colômbia e a Angola voltaram a negociar o produto com o Brasil em 2007, depois de efetivados os procedimentos necessários para eliminação da doença. O embargo imposto por Angola datava de 27 de outubro de 2005 e restringia a importação de carnes, animais vivos e material genético. Com a suspensão do embargo, todos os estados foram habilitados para exportação; a suspensão foi mantida apenas em relação às carnes com osso. O embargo imposto pela Colômbia entrou em vigor em 27 de janeiro de 2006 e restringia a importação de carnes bovinas, bubalinas, suínas, caprinas e ovinas provenientes dos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. A partir de janeiro de 2007, todos os estados foram habilitados a exportar novamente; apenas os Municípios de Eldorado, Japorã e Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, foram mantidos interditados. As ações sanitárias conduzidas nos municípios em questão impediram a difusão do vírus, mas não sua eliminação.

Em maio de 2007, o governo federal divulgou duas medidas provisórias (MP) relacionadas ao controle da febre aftosa. A MP n. 370 estipulou R\$25 milhões ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O governo do Mato Grosso do Sul já havia recebido R\$20 milhões que haviam sido utilizados na indenização de produtores pelo abatimento de animais contaminados e em investimentos em vigilância sanitária. A MP n. 371 determinou a distribuição das indenizações a pecuaristas fronteiriços. Ficou então estipulado que as propriedades localizadas na faixa de até 150km de largura ao longo das fronteiras terrestres seriam indenizadas pela União; além dessa faixa, o montante assegurado pela União seria de 2/3 e o restante ficaria a cargo do governo Estadual.

A campanha da vacinação contra a febre aftosa foi considerada exitosa. A vacina foi aplicada nos rebanhos, duas vezes durante o ano de 2007. Para otimizar o controle e a eficácia da aplicação, os estados foram divididos em quatro grupos de aplicação em meses diferentes. De acordo com o MAPA, cerca de 126 milhões de bovinos e mais de 950 mil bubalinos devem ter sido imunizados⁵.

4. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Colômbia suspende embargo às carnes do Mato Grosso do Sul e Paraná*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Divulgada em 15 jan. 2007.

5. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Mais de 126 milhões de bovinos devem ser vacinados contra a febre aftosa até o dia 31 de janeiro*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Divulgada em 4 maio 2007.





Houve muita especulação em torno da responsabilidade sanitária brasileira em 2007. Dada a ocorrência dos focos de aftosa em 2005, 2006 e em países vizinhos ao Brasil em 2007, as exportações brasileiras foram o foco de negociações e renegociações internacionais. Questões internacionais mais importantes surgiram no início do ano com a Rússia e ao final de 2007 com a União Européia. Em março, surgiram boatos de que os russos poderiam suspender a importação de carne brasileira por causa de fraudes na certificação sanitária internacional (CSI) emitida pelo MAPA. O fato se efetivou em 18 de maio com a suspensão temporária imposta a dez frigoríficos brasileiros. No mês de julho, o Irã suspendeu o embargo imposto aos Estados do Mato Grosso e do Paraná; no total, 24 frigoríficos voltaram a exportar para o país. Com a Rússia, o processo foi um pouco mais lento; negociações em torno de uma certificação impressa em papel moeda e da criação de um sistema eletrônico *online* nomeado GTA fundamentaram as bases para a suspensão do embargo; etiquetagem individual por peça de carne bovina e identificação nas caixas também compõem a cesta de certificações. Uma comitiva brasileira foi à Rússia, em junho, para tratar da questão do embargo às carnes brasileiras e, em 7 de agosto de 2007, a Rússia suspendeu o embargo a sete dos dez frigoríficos selecionados.

O Sisbov, Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos, foi modificado no final de 2007. Em 19 de novembro, a União Européia restringiu o número de propriedades habilitadas para exportação à Comunidade Européia e especificou prazos de abate para os frigoríficos habilitados. O sistema antigo do Sisbov contabilizava cerca de 72 milhões de animais; para o novo sistema, seis mil propriedades ERAS (Estabelecimento Rural Autorizado Sisbov) serão auditadas até 31 de janeiro de 2008. A União Européia estipulou o envio dos relatórios de inspeção e a lista das propriedades a serem habilitadas até meados de março de 2008; uma comitiva européia virá então ao Brasil para verificar a implantação do novo sistema.

DEFESA SANITÁRIA

As autoridades de defesa sanitária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento têm investido na cooperação técnica e no incentivo às capacitações na área sanitária. O Departamento de Assuntos Sanitários e Fitossanitários do MAPA prestou assistência técnica à República do Cabo Verde auxiliando o planejamento e a avaliação das capacidades do sistema de controle nacional de alimentos e pesca cabo-verdiano no ano de 2007. No Brasil, capacitações foram fomentadas em uma parceria do MAPA com a Universidade de Brasília. A Universidade abriu dois cursos de pós-graduação: um em Gestão do Agronegócio e outro, mais recente, em Vigilância Agropecuária Internacional, viabilizados apenas para fiscais federais agropecuários do Serviço de Vigilância Internacional (Vigiagro).

A cooperação internacional na área também foi fomentada pelos Estados Unidos. Entre 27 e 29 de março de 2007, técnicos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA/APHIS) organizaram a 1ª Oficina sobre Microscopia e imagens digitais para identificação de pragas interceptadas. O evento aconteceu em Recife e o público-alvo era composto de fiscais federais agropecuários e pesquisadores da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen). O governo americano havia doado equipamentos que foram utilizados no treinamento do Congresso em questão. A cooperação com os Estados Unidos, firmada na última reunião do CCA (Comitê Consultivo Agrícola) estipulou a doação de equipamentos em troca da abertura do porto e do aeroporto de Recife para frutos de caroço do pacífico norte-americano⁶.

Em 18 de dezembro de 2007, um decreto assinado pelo Presidente da República atualizou a Lei n. 6.198, referente à inspeção e à fiscalização obrigatória dos produtos destinados à alimentação animal. O decreto regulamentou o registro de estabelecimentos e produtos, embalagem e comercialização, importação, armazenamento, transporte, controle da qualidade, infrações e sanções administrativas⁷.

No âmbito nacional, alguns avanços na área de defesa sanitária e fitossanitária foram evidenciados, em especial na Bahia, onde o estado intensificou as ações e implantou novas diretrizes que contemplaram as culturas de citros, manga, mamão, uva, banana, pinha, soja, algodão, sisal, além dos projetos Campo Limpo, Controle de Moscas-das-Frutas e de Certificação Fitossanitária de Origem. Outros projetos também foram desenvolvidos, tais como o de Prevenção à Sigatoka Negra, o programa de Manejo Estratégico da Ferrugem Asiática da Soja e o projeto Fitossanitário do Algodão.

6. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Técnicos iniciam treinamento para identificação de pragas por meio de tecnologia digital*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Divulgada em 23 mar. 2007.

7. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Decreto regulamenta fiscalização de produtos para alimentação animal*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Divulgada em 18 dez. 2007.



GRIPE AVIÁRIA

Uma importante ação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi, portanto, o monitoramento em campo do vírus H5N1. O Plano de Monitoramento da Influenza Aviária em Aves Migratórias e Silvestres no Brasil estipulou a captura e o monitoramento das aves em 18 sítios de migração existentes no país, nas populações avícolas comerciais ou de subsistência e nos zoológicos e parques urbanos, localizados em um raio de 10km ao redor dos sítios⁸. O material coletado foi enviado ao Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Campinas (SP) e a pesquisa foi concluída em junho de 2007. O trabalho será recorrente e condicionado aos períodos migratórios das aves do Norte e do Sul. A Bahia, em especial, executou ações de vigilância sanitária, observando a questão aviária, em fevereiro de 2007. Equipes compostas por médicos veterinários e fiscais agropecuários foram preparadas para atuar e propor ações de emergência sanitária, caso necessário. Auditorias simultâneas também foram realizadas, em abril, nos sistemas de defesa sanitária animal dos Estados de Pernambuco e Santa Catarina.

As negociações internacionais estiveram em voga em fevereiro de 2007. Uma comitiva chilena veio ao Brasil para verificar e habilitar frigoríficos para a exportação de aves termoprocessadas. No mesmo mês, a União Européia enviou um grupo para avaliar a implantação do Plano Nacional de Controle de Resíduos de Produtos de Origem Animal; os auditores europeus apresentaram um relatório sobre as ações do governo brasileiro nessa área à Food Veterinary Office (FVO) da União Européia. Como mencionado anteriormente, em 2006 foram identificados focos da doença de Newcastle em alguns estados brasileiros, desde então, a importação de aves vivas, ovos para incubação, carne de aves e todos os demais produtos da avicultura que não passaram por tratamento térmico, procedentes do Estado do Rio Grande do Sul haviam sido embargadas pela Rússia. Em 2007, o embargo foi suspenso devido à constatação da eficácia do procedimento preventivo do Brasil ante uma pandemia de Influenza Aviária. O trabalho de prevenção foi reconhecido internacionalmente e apresentado em um *workshop* em Roma, de 16 a 19 de abril de 2007. O Grupo de Trabalho em Comunicação e Mobilização Social representou o governo brasileiro na apresentação de uma estratégia global de prevenção e controle do vírus da Influenza Aviária. Em abril, também foi apresentado pelo MAPA o Plano de Contingência para a Influenza Aviária e Doença de Newcastle.

Com a persistência de focos da doença em outros países, o MAPA decidiu, em parceria com a Secretaria de Defesa Agropecuária, ampliar o controle de doenças na produção avícola em dezembro de 2007. A constatação do vírus da Influenza Aviária de alta patogenicidade no Canadá, no mês de agosto, obrigou o MAPA a suspender temporariamente a importação de aves e material genético canadenses.

Os novos critérios de monitoramento de doenças aviárias são baseados na estratégia de regionalização do controle de doenças, método utilizado com boa aceitação em vários países.

8. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *MAPA encerra campanha de prevenção da gripe aviária no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Divulgada em 4 maio 2007.



3.6 Inovação, ciência e tecnologia agropecuária

Um tema no qual se está avançando bastante no Brasil é a introdução da biotecnologia no desenvolvimento de novas cultivares melhoradas (aumento de produtividade, resistência a doenças etc.). Observa-se mundialmente um crescimento do conhecimento básico e aplicado derivado da biotecnologia, integrando-se com a nanociência, bioinformática e biogenética, gerando novos processos e produtos que beneficiam a agricultura e, particularmente, o processo de melhoramento genético no país. Conseqüentemente, há um aumento nos programas de inovação biotecnológica.

A tecnologia dos transgênicos ou Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), segundo a CNA, tem contribuído positivamente para melhorar as características dos produtos, adicionando atributos que aumentam sua qualidade, garantindo resistência a insetos, fungos e contribuindo inclusive para a preservação do meio ambiente, devido à redução na utilização de agroquímicos em comparação com a tecnologia convencional. A facilitação no manejo das lavouras aumenta a competitividade dos produtores, reduzindo custos de produção.

Segundo Pinto Vieira et al. (2007)⁹, no Brasil, a proteção da biotecnologia enseja grande polêmica, principalmente referente à Biotecnologia Moderna, isto é, “às tecnologias relacionadas à matéria viva *per se*, ou seja, aos produtos auto-replicáveis e aos processos para sua

9. PINTO VIEIRA et al. Proteção da biotecnologia na agricultura. *SOBER* 2007.



obtenção. Muitos aspectos particulares desta área, entre os quais o próprio patenteamento de seres vivos, não foram contemplados pelas legislações anteriores, mesmo porque não havia pesquisa genética avançada tal qual nos dias atuais e por isto nem se cogitava em patentear seres vivos” (p. 13).

Outra polêmica em torno desse assunto refere-se a própria liberação de plantio das variedades transgênicas. Atualmente, as avaliações para seu uso em pesquisa ou comercial são realizadas pela CTNBio, recentemente reformulada, ampliando sua composição de 18 para 27 membros, o que tornou mais complexas suas análises e votações.

O avanço dessa tecnologia no Brasil vem sendo impedido, segundo a CNA, porque o artigo que estabelecia o quórum de votação de maioria simples dos presentes, respeitado o quórum mínimo de metade dos membros para a liberação de organismos geneticamente modificados para fins comerciais, foi vetado pelo Presidente da República, sendo estabelecido voto qualificado de 2/3 para o encaminhamento de liberação ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), o que torna extremamente difícil o processo de aprovação.

Por outro lado o Brasil avançou numa série de outros assuntos menos polêmicos, como, por exemplo, o Zoneamento Agroclimático. Com o objetivo de evitar adversidades climáticas que possam afetar as lavouras, já há alguns anos foi criado o zoneamento agrícola. Trata-se de um instrumento que dá ao agricultor indicações como a época de plantio de determinadas culturas e tipos de solos, fornecendo base científica para que o produtor tome decisões.

Segundo o MAPA o respeito ao zoneamento é ainda condição para que se tenha o direito a receber o seguro rural público e privado. A maior parte das culturas já dispõe de zoneamento levantado pelo MAPA. Em 2006, foram divulgados 272 estudos de zoneamento, e a projeção é de que haja um crescimento significativo nos próximos anos, com a meta, estipulada pelo Ministério da Agricultura, de chegar a 600 estudos em 2012.

Além desses avanços, cabe citar outros temas relevantes de pesquisa desenvolvidos pela Embrapa entre 2006 e 2007, tais como: a nova variedade de milho BRS 4103, desenvolvida para agricultores familiares e para pequenos e médios produtores rurais; o novo cultivar de soja BRS 267, que apresenta sementes grandes, sabor suave, sendo ideal para produção de queijo de soja (tofu), farinhas e extrato de soja (leite); a nova cultivar de trigo BRS 254 e a BRS 264, feitas especialmente para cultivo irrigado no Cerrado; uma nova estirpe de bactéria, da espécie *Rhizobium tropici*, para ser usada em inoculantes na cultura do feijão; a nova tecnologia, criada pela Embrapa Soja (Londrina-PR), que dispensa o uso de adubo nitrogenado e tem potencial para dobrar o rendimento nacional do feijoeiro; e também um novo sistema de cultivo de tomate orgânico baseado no trabalho de conservação de solo e água, com a introdução do plantio direto do tomate na palhada. Associadas ao plantio direto, foram introduzidas técnicas de fertirrigação, manejo integrado de pragas (MIP) e ensacamento da penca de tomate.





Tecnologias Ambientalmente Saudáveis

Uma parceria do IICA com o Ibama, Ministério de Relações Exteriores e a Agência Brasileira de Cooperação

O IICA reconhece a importância do uso sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente e tem como premissa de cooperação técnica o manejo e gestão dos recursos naturais.

Por isso apóia iniciativas como a do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –, órgão responsável por executar as políticas ambientais no Brasil, que por meio do Portal Ambtec contribui para a adoção de padrões de consumo e produção ambientalmente saudáveis.

O Portal Ambtec é um instrumento de reunião e difusão de Tecnologias Ambientalmente Saudáveis, que são aquelas que protegem o meio ambiente, são menos poluentes, ou seja, usam todos os recursos de forma mais sustentável.

“O Ibama criou o Ambtec com uma finalidade prática acima de tudo. Nós do setor, que lidamos com tecnologias ambientalmente saudáveis, dentro do Ibama, sentimos a necessidade de termos um lócus que concentrasse informações das mais variadas



espécies, das mais variadas características, sobre tecnologias ambientalmente saudáveis”, afirmou Miriam Absy, Coordenadora-Geral do Ambtec.

“A idéia foi dar uma resposta concreta, criar um instrumento orientador e ao mesmo tempo aglutinador de informações. Então o Ambtec aponta esforços dentro do país, esforços que estão sendo realizados tanto pelo setor público quanto pelo setor privado e a sociedade civil de maneira geral”, completou.

Bom exemplo dessas tecnologias são móveis em madeira proveniente de manejo sustentável, certificada pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal.

O *design* sofisticado também pode ser representado por produtos feitos de matérias recicladas, como palha de bananeira, barro, garrafa pet, fibra de coco e papelão.

Vários adeptos já utilizam tecnologias ambientalmente sustentáveis, como Maria do Carmo Ferreira, bióloga, que optou por fazer e decorar sua casa usando tecnologias que protegem a natureza.

“Acredito que a questão de fazer uma casa como esta é a cidadania. Está na Constituição que é dever do governo e da coletividade a conservação do meio ambiente; essa coletividade somos nós, cidadãos, que contribuimos, de uma certa forma, com nossas atitudes na concretização dos nossos sonhos, de forma a contribuir na preservação do meio ambiente”, defendeu do Carmo.

“Nós optamos por fazer uma casa com placas de OSB substituindo o tijolo. São madeiras de reflorestamento, de áreas degradadas”, contou.

“Utilizar telhados e placas de tubos de pasta de dente diminui o impacto em lixões”, afirmou a bióloga.

São idéias e ações práticas que motivam a preservação do meio ambiente e nascem de parcerias como a do IICA e o Ibama, mediante o fortalecimento da gestão de Tecnologias Ambientalmente Saudáveis.

“Graças à experiência do IICA, a dedicação do IICA, que nós conseguimos dar este passo, que é um passo definitivo para a experiência brasileira e para a América Latina, porque não há esforço semelhante e com essa visibilidade do Portal Ambtec. Nós vemos isso principalmente em países desenvolvidos, com economias mais fortes, e o IICA tem um papel muito importante nos processos de negociação com os demais países das Américas e, especialmente, da América Central e da América do Sul, e da própria África, que é onde nós gostaríamos de levar essa experiência de tecnologias ambientalmente saudáveis, objetivando tanto disponibilizar a ferramenta para eles como trocar informações”, declarou Mirian.





3.7 Desenvolvimento rural sustentável

A decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como sendo necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais, segundo uma abordagem inovadora. Essa decisão teve como resultado a proposta de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do MDA, e a formulação de um programa nacional apresentado, e aprovado, no âmbito do Plano Plurianual do Brasil, 2004-2007. Nesse programa, a própria SDT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, os demais órgãos da administração pública federal com ações confluentes no desenvolvimento sustentável, os governos estaduais e municipais, e um vasto número de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além das próprias populações dos territórios rurais, constituem a base política, institucional e humana dessa proposta.

Esse programa nacional deverá propor inovações para estar à altura das necessidades e anseios da sociedade nacional. Para que esse processo aconteça em todo o território nacional, e para que ele se transforme em uma efetiva conquista democrática, será necessário promover o desenvolvimento rural desde uma perspectiva territorial. Nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das



populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características.

Em países como o Brasil, a razão de fundo da persistência da pobreza é a concentração da riqueza, que tem sua origem nas dificuldades criadas ao acesso a bens de capital e na falta de políticas públicas eficazes para favorecerem o aumento sustentável na renda. O acesso à terra é um direito inalienável do agricultor, pois esse é o principal passo em direção à habilitação produtiva, aos instrumentos de apoio à produção e aos serviços públicos essenciais. As restrições de acesso à terra fazem parte do elenco de direitos negados a uma sociedade surgida de um sistema senhorial mal resolvido, com raízes escravocratas e ainda presentes em alguns aspectos da sociedade atual.

Desses resquícios brotam as mais graves formas de desigualdade, ainda presentes na nossa sociedade. O caminho para a extirpação da pobreza endêmica dessa sociedade, desafio de longo prazo, passa pelo resgate da dívida social deste país para com o seu povo. Um dos aspectos mais relevantes é garantir o acesso à terra e aos serviços públicos essenciais aos agricultores e suas famílias, de tal forma que possam ter oportunidade de usufruir de políticas públicas capazes de acelerar transformações que suplantem as assimetrias sociais e regionais existentes. Esses elementos indutores combinados não atuam apenas sobre a questão econômica, mas fertilizam todo um processo de diferenciação social, cujo elo mais relevante é a garantia do acesso à terra, política pública prioritária para o país e que conta com expressiva colaboração dos movimentos sociais organizados.

A reforma agrária, agindo decisivamente em regiões onde a estrutura fundiária denote a presença de anomalias incompatíveis com o princípio da destinação social da propriedade rural, é o elemento central de uma política de correção das desigualdades sociais. Contudo, ela tem de ser pensada e instalada segundo uma visão integradora no âmbito territorial, já que o êxito da reforma agrária não pode ser medido apenas em termos de famílias assentadas, mas, principalmente, na contribuição dessas famílias ao desenvolvimento da região onde elas estão inseridas, expresso em termos de melhoria sustentada dos indicadores de qualidade de vida e dos efeitos positivos da integração das áreas reformadas ao contexto geral dos territórios.

Portanto, por meio de critérios objetivos, os territórios deverão conjugar estratégias apropriadas de encaminhamento das questões fundiárias, tendo por base as demandas sociais e o elenco de instrumentos disponibilizados mediante políticas públicas nacionais e estaduais. Quaisquer que sejam os caminhos escolhidos, a distribuição da terra terá que estar aliada a políticas de investimentos e acesso a serviços que garantam à agricultura familiar as condições de atuar como fomentadora e asseguradora do desenvolvimento territorial sustentável.

A agricultura familiar, que ocupa mais de quatro milhões de estabelecimentos agropecuários do país (cerca de 90% do total), responde por 40% do valor bruto da produção agropecuária (metade dos produtos componentes da cesta básica) e ocupa apenas 33% da área total agropecuária, constituindo a principal alavanca do desenvolvimento sustentável do interior.

Ela tem um imenso espaço para crescer e desenvolver-se, pois apenas 20% dos estabelecimentos familiares são “muito integrados” ao mercado, enquanto 40% são “pouco integrados”, restando outros 40% que quase não geram renda¹⁰. Um programa com objetivos claros de atuar decididamente no revigoração dos 80% dos estabelecimentos familiares com espaço para desenvolver-se, gerando uma grande contribuição à economia e à redução das assimetrias mencionadas, poderá provocar externalidades ainda maiores quando aplicados os fundamentos da abordagem territorial, o que é uma decisão estratégica do governo federal.

O apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, à reforma agrária e ao reordenamento agrário harmoniza-se perfeitamente com o desenvolvimento territorial, assim como este se ajusta perfeitamente às prioridades de combate à pobreza e à fome, na medida em que estabelece condições do florescimento de uma dinâmica de desenvolvimento descentralizado, interiorizado, participativo e sustentável.

Um dos mais importantes desafios, dentre os que se apresentam ao Brasil atualmente, é o de dotar o país de um novo paradigma para o desenvolvimento. O MDA está assumindo grande responsabilidade no processo de estabelecimento desse padrão de desenvolvimento centrado na inclusão e na justiça social, no crescimento com equidade, na reativação das economias locais e na gestão sustentável dos recursos naturais. Simultaneamente, deverá ater-se às limitantes impostas pelas restrições orçamentárias, financeiras e humanas, que reduzem a capacidade de intervenção convencional, lançando mão de estratégias de descentralização, de participação da sociedade, de planejamento ascendente e de valorização dos recursos locais, fatores que, combinados, obrigam à reinvenção de processos de articulação, ordenamento e apoio ao desenvolvimento, e do próprio papel do Estado.

O mandato do Ministério do Desenvolvimento Agrário jurisdiciona aspectos extremamente relevantes que afetam essas questões. Suas atribuições na área fundiária (reforma agrária e reestruturação fundiária), na geração de renda, de trabalho e de melhor qualidade de vida, na segurança alimentar (agricultura familiar), na articulação de políticas setoriais e na modelagem de novas abordagens para instrumentos de intervenção em desenvolvimento rural e regional sustentável (desenvolvimento territorial), assim como na formulação, adequação e negociação de políticas públicas (conselho político), constituem aparato institucional capaz de exercer expressivo papel na transformação das condições de vida de cerca de 50 milhões de brasileiros que vivem em 4.500 municípios “essencialmente rurais”¹¹ existentes no Brasil.





11. *Mapeamento das microrregiões geográficas “rurais” do Brasil* (uma primeira aproximação). Estudo realizado pela equipe técnica da SDT.

10. Proposta do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS. Terceira versão.







4. Resultados da implementação da Agenda Nacional de Cooperação Técnica no Brasil durante 2007

4.1 Contribuição do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural

Com o objetivo principal de ampliar a contribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, o IICA vem implementando um projeto de cooperação técnica para o aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégica e operacional e para a educação corporativa, a partir da análise e redesenho dos processos, do planejamento estratégico, da gestão do conhecimento e da capacitação como processos contínuos.

O Instituto entende que fortalecer a competitividade e a participação efetiva nos processos de desenvolvimento sustentável da agricultura e do mundo rural requer uma aprendizagem contínua que só se consegue com a busca constante de criatividade e da inovação nos nossos processos internos e nas relações com os parceiros e clientes.

Conhecer e manejar de maneira eficiente as demandas e ofertas derivadas das novas tendências e orientações do mundo rural e do agronegócio leva-nos a repensar o organismo e a estimular nossos colaboradores a também modificar seu escopo, desempenho e produtividade.

É nesse contexto que em 2007, no marco do PCT de Cadeias Produtivas e na perspectiva do reposicionamento do agronegócio, a cooperação técnica do IICA com o MAPA priorizou concretamente o comércio e a competitividade do agronegócio e promoveu como produto fundamental do projeto a elaboração e a publicação da “Série Agronegócio”. Nove estudos das principais cadeias produtivas do Brasil.

Paralelamente, e a partir de uma ação de cooperação, o MAPA solicitou ao IICA que junto com a Coordenação de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas, instância do Ministério, se fizesse um diagnóstico das Câmaras Setoriais, e como subproduto se construísse um plano estratégico e se elaborasse uma metodologia para o acompanhamento dos sistemas agroindustriais. A partir da conclusão desse estudo o IICA sugeriu a negociação com organismos de financiamento e a realização de novos estudos de cadeia, com o objetivo de validar a metodologia em campo e para relevar nesses novos estudos uma

abordagem mais completa, que incluiria o tema da coordenação, governança e distribuição dos rendimentos entre os segmentos das cadeias.

Estamos abrindo um caminho concreto para uma participação mais eficiente dos atores do agronegócio – produtores e empreendedores que conformam os segmentos das cadeias, organismos públicos que coordenam o trabalho e as entidades organizadas da sociedade civil – no processo de fortalecimento da competitividade.

Visualizamos o agronegócio através da cadeia produtiva e da incorporação eficiente e efetiva dos agentes que geram valor; ao mesmo tempo, facilitamos a compreensão, pelas entidades públicas e pelos setores políticos, dos resultados e impactos fundamentais que produzem investimentos bem orientados na formação de riqueza a partir dos espaços produtivos agrícola e rural.

Novos estudos de cadeia permitirão levantar com maior detalhe e com exatidão os principais gargalos que congestionam hoje o progresso do agronegócio brasileiro e basicamente prejudicam os segmentos mais frágeis da cadeia.

Os desafios para reverter os efeitos nocivos da concentração e da desigualdade na distribuição dos rendimentos do negócio entre os segmentos das principais cadeias estão se convertendo cada vez mais em demandas novas e novos nichos para a cooperação com o objetivo de facilitar a discussão e produzir insumos básicos para políticas agrícolas mais eficientes, que tenham como alvo o fortalecimento e a competitividade do agronegócio no país.

4.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios

Os principais produtos do IICA visando cumprir o mandato institucional nesta área estratégica consistem na divulgação sistemática e sustentável de informações e documentos relevantes para a tomada de decisões tanto pelos organismos e instituições públicas, como pelas organizações privadas e pela sociedade civil.

O *Ceragro* (Centro de Referência do Agronegócio da Região Sul), recém-aprovado na sua fase inicial, tem por proposta ser uma referência virtual na publicação de documentos técnicos e na divulgação de informações, estatísticas e eventos relevantes do agronegócio brasileiro e da região sul do continente.

É um veículo virtual que se alimenta de um sistema de informação sustentado em dados atualizados a partir dos insumos, a saber:

- *Informes da evolução da conjuntura econômica dos principais indicadores e a partir das experiências de sucesso no agronegócio, comércio agrícola, financiamento rural e estudos das cadeias produtivas no contexto regional e nacional.*
- *Seguimento às políticas e negociações internacionais e documentos especializados do comércio agrícola e do agronegócio.*

- *Produtos das consultorias* e projetos de cooperação técnica que o Instituto promove e participa junto aos seus parceiros, relacionados com o desenvolvimento do agronegócio, das cadeias produtivas e do estado da arte do associativismo e da formação de organizações de pequenos e médios produtores e sua integração nos mercados nacionais e globais.
- *Produtos do conhecimento sobre políticas agrícolas e públicas, estratégias e ações* divulgadas pelas autoridades nacionais e regionais, atendendo suas demandas atuais e potenciais.
- *Demandas dos parceiros e sócios do IICA em temas de extensão, cooperação, treinamento e capacitação*, em técnicas de acompanhamento e avaliação de projetos, planejamento estratégico, formulação e negociação de projetos de investimento e de cooperação técnica.
- *Produtos do Observatório das Cadeias Produtivas*, espaço virtual que sintetiza, sistematiza e divulga os avanços dos estudos especializados, pesquisas e projetos do Instituto que acompanham a formação e desenvolvimento das cadeias produtivas tanto no Brasil como na região sul do continente (Mercosul).
- *Sistema de Informação especializado sobre as experiências bem-sucedidas (boas práticas do agronegócio e no desenvolvimento rural) no Brasil e no Mercosul*. Recopilação, sistematização, divulgação e intermediação para réplicas de experiências bem-sucedidas do agronegócio e do desenvolvimento nos vários níveis de organização territorial e socioeconômica do país e dos países que integram o Mercosul.

Ceragro também dissemina, através desses meios virtuais e de atividades interativas, as experiências bem-sucedidas do agronegócio no Brasil, as informações relevantes para a tomada de decisões e para o aproveitamento de oportunidades de agronegócios no país e os principais eventos que promovem acordos, projetos e intercâmbio tecnológico e comercial.

O *Informe Agronegócio*, no seu quarto número, é um veículo de informação que divulga semestralmente artigos científicos e técnicos com os resultados de pesquisas e trabalhos técnicos desenvolvidos pelos organismos parceiros do IICA, instituições de pesquisa, universidades e organismos internacionais que estão vinculados à agricultura e ao agronegócio.

O *Informe de Situação e Perspectivas da Agricultura no Brasil*, insumo do Informe Hemisférico de Agricultura do Instituto, e a *Linha do Tempo* da agricultura brasileira de 1994–2007 foram estudos realizados pela equipe de agronegócio, sob a coordenação de um funcionário do programa de intercâmbio do IICA/Banco Mundial. É um compêndio dos



principais acontecimentos ocorridos na agricultura brasileira desde o ano de 1994–2007. Sintetizam leis, programas, projetos especiais implementados pelo governo brasileiro e importantes institutos de pesquisa do país, como a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade de São Carlos.

Informe de Situação e Perspectivas dos Biocombustíveis no Brasil. Componente da ação hemisférica do IICA, o escritório do Brasil o adotou como um documento a ser elaborado anualmente pela área de agronegócio. O documento é elaborado em conjunto com a Direção de Agroenergia do Ministério de Agricultura (MAPA) e a Secretaria de Biocombustíveis do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O *Caderno de Estatísticas*, publicação trimestral, é um compêndio das estatísticas dos principais *commodities* do agronegócio brasileiro, abordando produção, consumo, preços, mercados, exportações, importações e situação nos mercados interno e internacional.

O *“Agribusiness Alerts” ou Alertas do Agronegócio*, publicação semanal que já alcança o número 67, é uma página com a síntese das principais oportunidades de negócio nos agronegócios do Brasil. Reúne notícias breves com informações precisas sobre investimentos e legislações nacionais que abrem oportunidades para aqueles que se interessem em entrar no mundo dos agronegócios no Brasil.

Plano Estratégico da Coordenação de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC) do MAPA. Estamos elaborando em conjunto com a CGAC as linhas estratégicas. Elaboramos a metodologia para o acompanhamento das cadeias produtivas e trabalhamos em conjunto com as Câmaras Setoriais e Temáticas no desenvolvimento de um novo plano de ação.

Estudo das novas modalidades de financiamento e perspectivas das atuais modalidades de seguro rural e agrícola no Brasil e na Região Sul. Elaboramos, sob a coordenação do funcionário do intercâmbio IICA/Banco Mundial, um documento que recopila as mais importantes iniciativas governamentais na formulação e implementação de políticas e instrumentos de financiamento rural e agrícolas. O estudo faz, ainda, uma análise comparativa dos principais instrumentos de financiamento desenvolvidos nos países do Mercosul.

O *IICA no Brasil* vem realizando ingentes esforços para melhorar as condições econômicas e sociais da população. Como o tema agrícola tem sido elevado na atual agenda do Estado, junto com o tema ambiental, a um *status* de prioridade nacional, *as intervenções do IICA na área de agronegócio buscam facilitar o desenvolvimento de projetos e pesquisas que gerem insumos para a elaboração e implementação de políticas*, de maneira que garanta o crescimento e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e, dentro deles, as empresas do agronegócio e as organizações, associações e cooperativas de pequenos e médios produtores, com o objetivo de *facilitar processos de melhoria na qualidade de vida dos habitantes rurais do país e da região.*

O gigante domesticado: peixe carnívoro é reproduzido em cativeiro com novo hábito alimentar

Adaptação alimentar de pirarucus otimiza expectativas de piscicultores

Muito procurado por produtores do norte e do nordeste do país, o pirarucu ganha destaque no mercado e em feiras dessas regiões. É comparado ao bacalhau norueguês, e muitos especialistas em gastronomia o consideram superior.

O pirarucu tem agradado não somente o paladar dos consumidores, mas também os seus produtores, devido ao ótimo rendimento e à carne saborosa que mantém seu alto valor comercial.

É um peixe exclusivo da Bacia Amazônica e vive nas águas calmas e lagos inundados de uma determinada região, mas pode ser encontrado também em rios de correnteza moderada e na Austrália e África.

Pode atingir mais de dois metros de comprimento e chegar a 120 quilos de peso. Sua criação é uma alternativa importante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Além do seu hábito alimentar – carnívoro –, outras características ecológicas e biológicas do animal o tornavam vulnerável à ação de predadores. A principal característica é que ele sobe à superfície para respirar, a cada 20 minutos, o que o torna um alvo fácil de captura, tanto com redes, haste ou arpão.

O pirarucu só está maduro para procriação depois do quinto ano de vida, e a captura precoce das espécies juvenis com peso variando entre 30 e 40 quilos diminui a reprodução da espécie.

Há alguns anos a falta de conhecimento a respeito de uma das principais etapas da cadeia produtiva – a reprodução – era empecilho para o crescimento da atividade.

Hoje, produtores de todo país já podem sonhar com bons resultados na produção do peixe em cativeiro e em grande escala. Em Pentecoste, cidade a 85km de Fortaleza, pesquisadores, estudantes e especialistas comemoram o resultado de uma pesquisa realizada pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Secretaria Especial de Aquicultura da Presidência da República, e a Fundação de Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, que revoluciona a criação e reprodução do pirarucu em cativeiro.





Trata-se da identificação precoce do sexo dos animais e a readaptação do hábito alimentar do peixe, experiência replicada do Estado do Mato Grosso do Sul, onde os experimentos foram feitos com a espécie de peixe “pacu”.

O Centro de Pesquisa em Aqüicultura Rodolpho von Ihering, uma das principais estações de piscicultura do país, é palco dessa pesquisa, que envolve procedimentos simples, como explica o chefe do centro, Pedro Eymard:

“Nosso trabalho é treinar alevinos (peixe filhote) que nascem em incubadoras a aprender a comer ração (composta de farelo de soja, milho e farinha de carne de peixe), um

trabalho de dois meses: coloca-se-os em incubadoras e, inicialmente, alimenta-se-os com zooplânctons, e aos poucos se diminui a quantidade de zooplânctons e aumenta-se a quantidade de ração vegetal; em dois meses teremos animais treinados para viver em cativeiro”, explica.

Para Eymard a Região Nordeste do país tem potencial para a produção do peixe: “Do ponto de vista econômico é uma perspectiva muito boa que vemos que é possível aqui na Região Nordeste”, comenta.

Para isso o Centro de Pesquisa conta com o apoio de consultores do IICA que desenvolvem trabalhos de capacitação e estudos com as diversas espécies de peixes estudadas no Centro.

“Este processamento só é possível com o apoio do pessoal do IICA, principalmente na identificação precoce do sexo destes animais, pois sabemos que a olho nu só é possível esta identificação na idade de 5 anos. Com a identificação precoce do sexo, podemos montar plantéis e conseguir o acasalamento na época correta e uma produção de alevinos em escala maior. Hoje temos 50 casais prontos para reproduzir; esperamos para o ano que vem uma produção significativa”, comemora.

A partir dos resultados alcançados na identificação precoce do sexo dos animais, o centro de pesquisa espera alcançar mercados internacionais, como da Europa e do Japão, em 2008.

Números positivos

Com o pirarucu adaptado com ração vegetal, pronto para ser comercializado, produtores, pesquisadores e consumidores poderão adquirir o peixe por um preço compensador, visto seu baixo custo de produção.

Eymard explica que piscicultores de todo o país já estão interessados nos alevinos resultantes da experiência realizada no centro de pesquisa.

Só este ano já foram comercializados dez mil alevinos de pirarucu. Para o projeto inicial o centro recebeu três mil; destes, dois mil serão reprodutores.

O peixe sai do centro pesando em média 150 gramas e em um ano o produtor terá um peixe pesando até 66 vezes a mais, a um baixo-custo, graças à alimentação a base de ração vegetal.

“Desta forma, os peixes poderão ser levados às propriedades com um peso médio de 150 gramas; dentro de um ano pesarão dez quilos com a conversão de dois quilos de ração para um quilo de peixe e um custo de produção de quatro reais por quilo. E poderá ser vendido em um mercado que paga entre sete e dez reais”, concluiu.

Eymard ressaltou que para o próximo ano o centro prevê uma produção de 40 a 50 mil alevinos, estabilizando a produção em 2009 com 100 mil peixes.

Aguçando paladar e enchendo os olhos de produtores por todo o país o pirarucu é de fato o bacalhau brasileiro.

A LENDA DO PIRARUCU: BRAVO LUTADOR

O lúdico e o real se misturam em uma história que conta como o pirarucu chegou às águas amazônicas. São várias as lendas que alimentam a fantasia do aparecimento desse incrível peixe de água doce. Uma delas conta que esse peixe era um índio da tribo dos *Uaiás*, habitante das planícies de *Lábrea*, no sudoeste da Amazônia.

Ele era um bravo lutador, mas tinha um coração perverso, mesmo sendo filho de *Pindarô*, o chefe da tribo: um homem bom e amigo de toda a tribo. O Pirarucu era vaidoso, egoísta e excessivamente orgulhoso de seu poder. Um dia, enquanto seu pai fazia uma visita amigável às tribos vizinhas, Pirarucu se aproveitou da ocasião e tomou como reféns os índios da aldeia e executou-os sem motivo.

Pirarucu também adorava criticar os deuses. Um dia o Criador da Terra, cansado de ser criticado por Pirarucu e de ver suas maldades, decidiu punilo. Ordenou que fosse espalhado o mais poderoso relâmpago na área in-

teira e a mais forte torrente de chuva sobre Pirarucu, que estava pescando com outros índios às margens do rio Tocantins, não muito longe da aldeia. O fogo do Criador foi visto por toda a floresta.

Quando Pirarucu percebeu as ondas furiosas do rio e a voz enraivecida dos trovões, ele, como de costume, as ignorou e, entre risos de desdém, preferiu palavras de desprezo. Em resposta, o Criador atirou relâmpagos e trovões sobre Pirarucu, enchendo o ar de luz. O índio tentou escapar, mas enquanto ele corria por entre os galhos das árvores um relâmpago fulminante acertou o coração do guerreiro. Nem assim Pirarucu pediu perdão. Todos os índios correram para a selva terrivelmente assustados, enquanto, ainda vivo, o corpo de Pirarucu foi levado para as profundezas do rio Tocantins e transformado em um gigante e escuro peixe.

Pirarucu desapareceu nas águas e nunca mais retornou, mas por um longo tempo foi o terror da região.



4.3 Promoção da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos (SAIA)

A sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos é uma das áreas de maior importância para o governo, como base para manter os sempre positivos balanços comerciais do setor agropecuário dos últimos anos para o país. Os programas nacionais e estaduais nessa área contam com o apoio do IICA na elaboração e na implantação de programas estratégicos de cooperação para erradicação e controle das principais pragas e doenças, assim como na modernização e contínua adaptação das estruturas existentes às novas demandas decorrentes do protagonismo e da importância do Brasil no mercado agroexportador mundial.

A participação do IICA inclui a realização de seminários e de eventos sobre sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos, além de colaborar com a capacitação de técnicos do setor e a coordenação de oficinas de trabalho para o desenvolvimento de programas e planos, baseados em metodologias participativas.

Nesse sentido, o Ministério da Agricultura tem contado com a cooperação do IICA para o fortalecimento e reposicionamento institucional da Secretaria de Defesa Agropecuária no contexto das atividades de gestão estratégica do Ministério, mediante iniciativas e projetos orientados a fortalecer e aparelhar as áreas específicas da SDA, para o atendimento com prontidão das demandas da sociedade.

Mais especificamente, o IICA tem atuado nas seguintes ações de cooperação técnica:

- **Diagnóstico e prevenção de doenças**

Fortalecimento das relações com a Agência Canadense de Inspeção de Alimentos (CFIA, em inglês) e o *Centro Nacional de Doenças Exóticas (NCFAD)*, que têm capacitado técnicos dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), nas mais avançadas técnicas e protocolos para o diagnóstico de doenças que venham a afetar o *status* sanitário do Brasil. Mais especificamente, para a utilização da técnica de PCR-RT, para diagnóstico de febre aftosa e influenza aviária, fortalecendo dessa maneira a capacidade nacional para o diagnóstico oportuno, para o caso de essas doenças ocorrerem nos sistemas produtivos nacionais.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil tem executado várias ações para o fortalecimento da rede laboratorial brasileira; entre essas, a capacitação de técnicos e a adoção de novas metodologias laboratoriais. O diagnóstico de doenças com alto impacto econômico deve ser realizado de maneira rápida e eficiente. Por essas razões foi proposta a realização de um treinamento no diagnóstico, por PCR em tempo real, para a febre aftosa, estomatite vesicular e influenza aviária. O Centro Nacional de Doenças Exóticas (NCFAD), localizado em Winnipeg, no Canadá, desenvolveu ferramentas eficientes e modernas para diagnóstico de enfermidades animais.

Contando com o apoio do IICA/Canadá e IICA Brasil, o NCFAD disponibilizou insumos e pessoal para a realização desse treinamento. Os objetivos do treinamento foram ca-

pacitar técnicos para a realização de extração de RNA, execução e interpretação de resultados de PCR em tempo real para as enfermidades citadas acima, obtenção da relação de equipamentos e insumos necessários para a implantação das provas nos laboratórios brasileiros.

Essa ação terá continuidade em 2008 com técnicos canadenses e brasileiros trabalhando ativamente para harmonização e desenvolvimento dos protocolos e técnicas de laboratórios.

- **Inocuidade dos alimentos e acesso aos mercados**

O IICA vem trabalhando ativamente junto à Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes (CCRC/SDA) no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC/MAPA). Nos últimos anos, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) vem envidando esforços para implementar as garantias no controle de resíduos de medicamentos veterinários, agrotóxicos e contaminantes nesses produtos, a fim de garantir a qualidade dos alimentos consumidos pela população brasileira e exportados para os diversos parceiros comerciais do país. Para o fortalecimento dessa iniciativa o IICA tem facilitado a participação de técnicos da CCRC/SDA em seminários do mais alto nível internacional, como o “Saskatoon International Validation Workshop for Regulatory Analyses of Residues in Foods (SaskVal Workshop)”, que aconteceu na cidade de Saskatoon, Saskatchewan, Canadá, June 10-13, 2007. Essa participação tem possibilitado também o estreitamento das relações de cooperação horizontal entre o MAPA e a CFIA no Canadá.

- **Fortalecimento da gestão dos laboratórios**

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) conta hoje com uma rede de laboratórios que trabalham na defesa sanitária (animal e vegetal), sendo seis oficiais, os Lanagros, e aproximadamente 800 laboratórios públicos ou privados credenciados que se destinam a atender as demandas não supridas pelos Lanagros.

Essa rede de laboratórios é responsável pela fiscalização dos insumos agropecuários; inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, classificação vegetal, diagnóstico fitossanitário e diagnóstico de doenças animais e na pesquisa tecnológica visando a qualidade dos produtos e o cumprimento de normas e padrões, viabilizando exportações. Sua missão consiste em “auxiliar a verificação e validação dos sistemas de produção e processamento dos produtos agropecuários, por meio da geração de inferências analíticas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”, missão precípua do MAPA, viabilizando dessa forma a exportação dos produtos brasileiros.

O Lanagro-MG tem um papel relevante na Rede de Laboratórios do MAPA, respondendo por aproximadamente 40% de todas as amostras analisadas no país e pelo papel de referência em vários programas e áreas de atribuição do MAPA, tais como resíduos e contaminantes (medicamentos veterinários, metais pesados, micotoxinas, virologia, sementes, alimentos para animais, microscopia, entre outros).



Na busca do exercício eficiente e adequado das atribuições do Lanagro-MG, buscou-se a parceria com o IICA com o objetivo de solucionar gargalos de gestão identificados ao longo dos anos de existência do Lanagro-MG, e agora explicitados e discutidos na atual gestão, visando fornecer soluções para minimizá-los de forma consciente e participativa.

Para a elaboração dessa proposta foi importante, primeiro, conhecer a história da instituição, seus pontos fortes e seus pontos fracos, e alinhá-los às políticas da nova gestão e aos planos de reestruturação do MAPA.

Para o início dos trabalhos de reorganização e adequação foi feita a detecção e obtenção das informações relativas aos pontos críticos, o que ocorreu por meio de reuniões promovidas pelo IICA que funcionaram como ponto de partida para o estabelecimento das ações prioritárias. As necessidades de mudanças apontadas levaram à elaboração desse projeto, que visa à reestruturação do sistema de gestão administrativa e laboratorial e ao desenvolvimento de uma estrutura organizacional atuante nos ambientes interno e externo.

Por ser o Lanagro-MG uma instituição que atua em âmbito nacional e internacional, o projeto busca solidificar sua imagem como referência na área de gestão e prestação de serviços ao setor agropecuário em suas demandas laboratoriais.

Participam desse projeto de ação toda estrutura laboratorial do Lanagro-MG, bem como seus funcionários e colaboradores.

O tempo estimado para atingir a excelência no cumprimento dos objetivos estabelecidos é de oito anos.

- **Prevenção de doenças exóticas**

O IICA tem trabalhado intensamente no desenvolvimento e adaptação de materiais de rádio e vídeo para ser difundido pelos meios massivos de comunicação, tais como a série de rádio denominada “Mais vale prevenir... Uma decisão inteligente” e o vídeo “Gripe aviária, a prevenção é possível”, direcionados para o pequeno produtor de aves. Esses materiais são de vital importância para a prevenção e a detecção oportuna da influenza aviária, caso ela aconteça dentro do território nacional. Como complemento e no intuito de fortalecer os sistemas nacionais de vigilância agropecuária, a Representação do IICA no Brasil tem participado ativamente no desenvolvimento do “Manual de Necropsia e Coleta de Amostras para o Diagnóstico Laboratorial da Influenza Aviária e Doença de Newcastle”. Direcionado para a capacitação do pessoal técnico e veterinário que atua no campo e desenvolvido pela Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL/SDA/MAPA), esse manual, realizado em três línguas, está sendo distribuído para todos os países do hemisfério.

- **Fortalecimento dos serviços oficiais**

Com o intuito de fortalecer os serviços veterinários nacionais, o IICA vem capacitando e difundindo a metodologia de Desempenho, Visão e Estratégia (DVE) para os Serviços Veterinários Nacionais, mediante cursos e palestras em seminários e conferências. A metodologia tem sido adaptada também para alavancar o fortalecimento dos serviços que atuam na área fitossanitária e na área de inocuidade dos alimentos.

No plano regional, o IICA tem apoiado a participação dos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), especificamente da Secretaria de Relações Internacionais (SRI/MAPA), nos foros da Rede de Políticas Agropecuárias (REDPA) do Comitê Veterinário Permanente (CVP) e do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (Cosave), no âmbito do Comitê Agropecuário do Sul (CAS). Globalmente, o IICA promove ativamente a participação dos representantes nacionais nas reuniões do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (MSF) da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O IICA, no âmbito do acordo de cooperação interagencial, tem participado e apoiado a realização da “Consulta de Expertos de OPS/OMS sobre a Raiva Transmitida por Morcegos Hematófagos na Amazônia” incluída na pauta da “XI Reunião de Diretores dos Programas Nacionais de Raiva na América Latina”.

4.4 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente

Destaca-se, nesse contexto, a experiência regional do IICA com o tema da desertificação, ao coordenar o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul – IICA/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), envolvendo atualmente seis países, entre esses o Brasil, cuja proposta é melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais afetadas pela desertificação, a partir da mudança de comportamento, de tecnologias apropriadas e de capacitação e treinamento, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

O Programa IICA/BID preconiza, entre os seus objetivos, o estabelecimento de indicadores de desertificação, acordados em âmbito regional, que representam instrumentos orientadores para ações a serem desenvolvidas na implementação do PAN-Brasil.

A experiência auferida na identificação dos indicadores de desertificação nos seis países participantes do programa ensejou a manifestação de interesse para estender essa experiência para outros quatro países: Colômbia, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Da mesma forma, foi manifestado o interesse dos países da região Meso-América, de replicar as premissas do programa. Proposição específica está em fase de elaboração e conta com o apoio da Secretaria Executiva da UNCCD.

Além do Programa IICA/BID, a atuação do IICA no Brasil se concretiza no processo de implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil). É nesse contexto que está inserido o projeto de cooperação técnica com a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SDRE/MMA), que tem como objetivo contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD), mediante a consolidação do PAN-Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação (PAEs).



O IICA tem focado sua atuação nessa temática, no que diz respeito ao fortalecimento da capacidade técnica, institucional e gerencial das entidades nacionais responsáveis pela formulação, execução e avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos no tema de gestão integrada de recursos naturais e desenvolvimento regional. Nesse sentido a atuação do IICA tem permitido aos governos federal e estaduais contar com instrumentos inovadores de planejamento e gestão estratégica, visando ao aproveitamento racional dos recursos hídricos, à minimização das desigualdades regionais e à preservação ambiental.

Dentre as ações de cooperação técnica desenvolvidas no âmbito dessa prioridade estratégica destacam-se as seguintes:

- Desenvolvimento de ações com o Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) nos setores de recursos hídricos, agricultura irrigada, mobilização social, reassentamento e organização de usuários.
- Desenvolvimento de ações com o Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) no desenvolvimento do Zoneamento Econômico e Ecológico para áreas susceptíveis à desertificação (núcleo de Gilbués) como instrumento de planejamento e orientador de políticas públicas.
- Cooperação técnica ao Ministério da Integração Nacional na concepção e implementação de instrumentos técnicos e operacionais, visando à auto-sustentação de perímetros irrigados.
- Contribuições técnicas ao BNB (Banco do Nordeste) nos setores político-institucional, de sistemas hídricos, de capacitação e de natureza socioeconômica para a promoção do desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil.
- Suporte técnico ao Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), para a criação e implementação de um modelo de gestão de tecnologias ambientalmente saudáveis (TAS).
- Apoio institucional ao CIFOR (Centro Internacional para Pesquisa Florestal), visando à promoção da gestão sustentável de bens e serviços florestais na Amazônia.
- Iniciativas relacionadas à consolidação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da gestão da oferta e da demanda de água para usos múltiplos de governos estaduais realizadas.
- Iniciativas relacionadas ao desenho dos planos estaduais de combate à desertificação em apoio aos governos locais realizadas.
- Inserção da temática de combate à desertificação no âmbito do Programa de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, junto à Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia.
- Promoção do desenvolvimento regional sustentável da região abrangida pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), ampliando seu alcance e implementando o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos na região, por meio de planos, projetos e ações, visando à implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos, à capacitação, ao intercâmbio e ao fortalecimento institucional dos agentes envolvidos. Essa iniciativa



foi formulada para a Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica (SIH) do Ministério da Integração, contando com a parceria do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs/MMI) e da Agência Nacional de Águas (ANA/MMA).

- O Projeto de Cooperação Técnica (PCT) estabelecido entre o INMET e o IICA, denominado “Fortalecimento de ações agrometeorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) em apoio ao agronegócio”, tem como propósito reestruturar e complementar as atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Meteorologia, para inserir tarefas que se tornaram essenciais à continuidade da modernização tecnológica, em apoio ao agronegócio brasileiro e à atualização técnica do Instituto. A cooperação técnica faz-se necessária para que se possa responder com maior efetividade às crescentes demandas por “serviços e produtos meteorológicos” de maior qualidade e confiabilidade.

A cooperação técnica é motivada, ainda, pela necessidade de que a variada gama de atividades abrangidas pela Meteorologia e pela Climatologia atendam à demanda crescente dos diversos setores usuários e da sociedade, inclusive com a adoção de novas tecnologias ou a introdução de novos produtos.



Projeto Ponto Novo

Uma parceria do IICA com a Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia (SRH/BA)



O Semi-Árido brasileiro, que ocupa cerca de dois terços do território do Estado da Bahia, é a região do país mais atingida pela seca.

O Município de Ponto Novo, localizado no norte do estado, a cerca de 300km de Salvador, vive uma nova realidade desde 1999, quando nesse local foi construída uma barragem para beneficiar 87 famílias de pequenos produtores rurais.

“A nossa vida antes da barragem era irrigar também, só que de um modo diferente. É melhor agora. Aqui a gente trabalha mais com frutas do que com verduras”, afirmou Osmar Lopes da Silva, agricultor.

“Aqui, nesta terra, o custo é menor. Trabalhamos em três pessoas e damos conta do serviço”, completou.

Osmar conta que antes o acesso à água era muito difícil. “Antes não tinha água no rio. Agora nós temos água o tempo todo, água tratada. Depois da barragem tudo mudou. Antes tínhamos que trabalhar em São Paulo para nos sustentar, agora não precisa mais”, disse. “Temos um salário fixo agora, a escola ficou melhor para os meus filhos, além do transporte e da energia elétrica.”

Buscando uma gestão sustentável dos recursos hídricos em Ponto Novo, o IICA apoiou a Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia (SRH/BA), no reassentamento das famílias atingidas pelo lago da barragem. Os agricultores receberam infraestrutura habitacional, ou seja, terra, casa, energia, estradas e saneamento básico.

“Muitas famílias moravam em condições precárias antes da construção da barragem. Não tinham acesso à escola, não tinha saneamento básico nem água. Alguns tinham dificuldades até para alimentação”, afirmou José Adilson Cardoso, agrônomo responsável pela assistência técnica aos pequenos produtores rurais de Ponto Novo.

“Todos os passos que demos aqui, desde cursos de capacitação a assistência às famílias reassentadas, tiveram a participação do IICA, que deu suporte para que esse projeto fosse concretizado”, disse.

Um grupo de mulheres do município resolveu unir o útil ao agradável e passou a cultivar flores como alternativa de renda. Quarenta e cinco mulheres fundaram a As-

sociação de Floricultoras Reassentadas de Ponto Novo e começaram o plantio em um campo experimental na área do perímetro irrigado.

As flores são comercializadas na feira livre e em floriculturas do Município de Senhor do Bonfim, por um valor médio de R\$ 10,00 a dúzia, gerando um rendimento bruto mensal de R\$ 1.200,00 para o grupo.

Segundo a assistente social da associação, Janaína Novaes Sobrinho, houve um crescimento significativo dos trabalhos. “Nesse novo lote elas já possuem um carro adaptado para transporte das flores, equipamentos de irrigação, uma câmara fria onde são conservadas as flores, além de uma assistência técnica de um agrônomo”, informa Janaína.

A água é essencial para a sobrevivência. Como afirmava Pedro Vaz de Caminha, “a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem”.



4.5 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial

Um número cada vez maior de entidades incorpora concepções de territorialidade e de sustentabilidade nas suas ações de desenvolvimento rural. A concepção de territorialidade é entendida como um mecanismo de articulação e integração entre a sociedade civil, os movimentos sociais e o poder público na promoção do desenvolvimento. A concepção de sustentabilidade pressupõe a compreensão do desenvolvimento como um processo multidimensional que busca integrar as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e político-institucional.

No caso do Brasil, pelo menos seis Ministérios já utilizam esses conceitos na execução de suas ações: Desenvolvimento Agrário¹², por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Integração Nacional, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento da Indústria e Comércio e Ministério da Saúde.

A Representação do IICA no Brasil tem cooperado tecnicamente com o governo brasileiro na implementação da política nacional que apóia o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza rural desde uma perspectiva territorial.

O mais marcante da cooperação técnica do IICA nessa temática, em 2007, foram as ações em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) na condução do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR), ampliando a capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais em 120 territórios rurais em todo o país. Em fase de consolidação, o PDSTR pode vir a ser reconhecido como uma referência nacional e internacional para a gestão de uma nova geração de políticas públicas.

O Projeto de Cooperação Técnica está focado, fundamentalmente, na organização, aperfeiçoamento, sistematização e integração todas as fases de planejamento, implementação, acompanhamento e gestão do programa, desde a sua base operacional nos territórios até o sistema de gestão político-institucional que congrega a SDT, o MDA e outras entidades e organizações parceiras.

A partir de 2008 o desafio a ser enfrentado consiste em sistematizar todas as experiências bem-sucedidas de gestão dos territórios rurais, aperfeiçoá-las, integrá-las e dotá-las de ferramentas consistentemente elaboradas e disponibilizadas com suporte informatizado, com acesso e operação distribuídos remotamente.

O PDSTR tende a se tornar referência na gestão de políticas públicas convergentes, mesmo em outros níveis de governo, o que implica estabelecer um avançado processo de gover-

12. Este é o Ministério que mais tem evoluído na condução da política de desenvolvimento com enfoque territorial voltada para agricultura familiar. Essa estratégia está evoluindo para implantação dos "Territórios da Cidadania", a ser lançada em 2008 como uma política pública mais ampla do Governo Federal.

nança, informações, comunicações, acompanhamento e avaliação, para que todos os parceiros públicos e privados possam aproveitar todos os sistemas disponibilizados, permitindo que as políticas públicas e a gestão social avancem continuamente.

Também com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o IICA contribuiu, por meio do projeto de cooperação técnica com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), na execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, com a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), na execução do Programa de Crédito Fundiário.

No âmbito dos governos dos estados, o IICA mantém acordos de cooperação com o Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará, para desenvolvimento de ações de combate à pobreza rural, onde o Instituto pratica seu modelo de identificação e tratamento de oportunidades e demandas, assim como mantém a política de organização social da população e de elaboração de projetos com a efetiva participação das comunidades beneficiárias.

O IICA no Brasil tem buscado facilitar a aprendizagem contínua em mão dupla: difundindo a experiência brasileira na formulação de estratégias, políticas, programas e projetos; e recuperando melhores práticas utilizadas no desenvolvimento rural em outros países, que podem ser úteis para o Brasil.

Nesse sentido a Representação do IICA no Brasil tem promovido ações para a construção e para o desenvolvimento de capacidades sustentáveis, com destaque para o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil, que se consolida como uma instância articuladora e difusora da experiência brasileira para o resto do continente, acelerando, assim, o intercâmbio de conhecimentos e de profissionais entre países da região nos processos de cooperação técnica horizontal com outros países da América Latina.

No âmbito de atuação do IICA na temática do Desenvolvimento Rural foram realizadas as seguintes atividades e eventos:

- V Jornada Temática – Discussão e reflexão sobre o tema “Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade: Identidades e Tipologias”.
- Publicação do volume VI da Série Desenvolvimento Rural Sustentável – Ações de combate à pobreza rural: metodologia para avaliação de impactos, IICA/Fórum DRS/Unicamp.
- VI Jornada Temática baseada na temática da publicação Ações de combate à pobreza rural: metodologia para avaliação de impactos.
- VII Jornada Temática: Experiências do Programa de Agroenergias da SAF/MDA e da Eletrobrás no RS.
- VIII Jornada Temática: Biocombustíveis e Agricultura Familiar no Brasil.
- IX Jornada Temática: Biocombustíveis e Agricultura Familiar no Brasil: Experiências na Região Amazônica.
- X Jornada Temática: Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Salvador – BA.



- Participação na *VI Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF)*, com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile
- Realização do Seminário Internacional “Agroenergia e Desenvolvimento de Comunidades Rurais Isoladas” em parceria com o Ministério das Minas e Energia (LpT) e SAF/MDA.
- Elaboração, em conjunto com o Fórum Rural Mundial (FRM), de uma proposta preliminar de plano de trabalho: i) estudo sobre tipologia de territórios de identidade na América Latina, aproveitando a experiência brasileira; e ii) propostas de estratégias diferenciadas de DRSI, considerando as especificidades dos territórios rurais da América Latina.
- Participação no III Congresso do FRM, em Sevilla, na Espanha, que incluiu um seminário internacional “Hacia um Desarrollo Solidário: Reto y Compromiso”.
- Realização do II Fórum Internacional “Desenvolvimento Territorial: Integração de Políticas Públicas e Atores Sociais”, em parceria com a SDT/MDA, o Banco do Brasil e o Governo do Estado da Bahia, MMA e MI.
- Intercâmbio Técnico sobre Desenvolvimento Territorial realizado no Território do Sissal, no Estado da Bahia, envolvendo técnicos de cinco países convidados para II Fórum Internacional.
- Realização do Seminário “Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira”, em parceria com a Unicamp, Banco do Brasil e CONTAG, DIEESE, OIT e NEAD.
- Publicação de artigo na revista *Comuniica* acerca do tema “Desenvolvimento sustentável e territorialidade: identidades e tipologias”.
- Publicação de artigo na *Revista Marco Social*, da Fundação Souza Cruz, a respeito do tema “Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento rural sustentável”.
- III Curso Internacional de Especialização em Desenvolvimento Rural, AECI/MAPA-Espanha, San Fernando de Henares, Madrid-ES.



Outra ação do Instituto a ser destacada foi sua atuação junto ao Ministério da Integração, no sentido de promover a redução das desigualdades regionais mediante o fortalecimento da capacidade institucional do MI no que diz respeito ao processo de formulação de políticas, aos mecanismos e instrumentos de desenvolvimento regional e à implementação de programas integrados de desenvolvimento.

Territórios rurais: uma estratégia de combate à pobreza no campo

Existe uma realidade comum à maioria dos países da América Latina: a grande incidência de pobreza no meio rural.

No Brasil, por exemplo, 40% da população necessita de educação, de qualificação, de oportunidades, de organização e de motivação para buscar a conquista de seus direitos.

Para transformar realidades como essa, entidades públicas e privadas vem aprimorando seu trabalho e, aos poucos, construindo alternativas para gerar trabalho e renda. Agora, além de se preocupar com a qualidade de vida, o trabalhador rural e a sociedade civil estão organizando-se para, também, cuidar da terra que garante o seu sustento.

Cerca de 90% do território nacional, com mais de 80% dos municípios e mais de 30% da população, vive em espaços caracterizados como 'rurais'.

Esses espaços enfrentam problemas concretos para garantir condições dignas de vida e bem-estar. A persistência da pobreza e da fome, as assimetrias regionais e sociais, a inacessibilidade aos serviços públicos básicos, a carência de oportunidades econômicas e a desigualdade e o baixo nível de exercício da cidadania são os principais desafios das comunidades na busca do desenvolvimento rural sustentável.

Em outubro de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaborou, com o apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), um texto intitulado: *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*.



“Com a mesma ternura com que fazemos nossos filhos e as mesmas mãos com que levantamos seus sonhos, transformaremos a terra, distribuiremos o pão e construiremos um mundo novo”.

Gessi Bonês

Integrante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil





Posteriormente, a partir dessas referências, foi elaborado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRO-NAT), que articula a política de **Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**, criada pelo Governo Federal para promover a articulação e a gestão descentralizada das políticas públicas em apoio ao desenvolvimento sustentável, tendo como área de atuação o território rural.

A finalidade é fortalecer a capacidade de auto-gestão através do apoio das organizações e movimentos sociais e governos locais, priorizando os territórios rurais que tenham maior incidência de agricultores familiares, beneficiários dos programas da reforma e do reordenamento agrário, quilombolas, ribeirinhos e pescadores artesanais.

“Impulsionar o território como ferramenta de políticas públicas e como unidade de gestão e estruturação do desenvolvimento rural implica gerar uma nova institucionalidade que fortaleça as estratégias assentadas sobre novos fundamentos

e com apropriados instrumentos a fim de dinamizar a prática e a cooperação entre instituições e atores sociais”, afirma Carlos Miranda, especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA.

Para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, os territórios são espaços geograficamente definidos, geralmente contínuos, compreendendo áreas urbanas e rurais, que apresentam elementos de identidade econômica, social e cultural.

O Secretário de Desenvolvimento Agrário, Humberto Oliveira, informa que, atualmente, a secretaria apóia 160 territórios em todo o país, englobando 1.848 municípios. Ele enfatiza a articulação de políticas públicas como estratégia importante para o desenvolvimento nos territórios.

“É importante a integração das políticas públicas. Se essas políticas chegam de forma organizada aos territórios nós teremos um ambiente de desenvolvimento”, diz.

Sisal: Um exemplo emblemático

O Território do Sisal, mais conhecido como região sisaleira da Bahia, está localizado no semi-árido do nordeste do estado. Em seus 27 municípios, a produção e o beneficiamento de sisal são as principais fontes de renda.

A zona rural é formada por 64% do mais de meio milhão de baianos e baianas, que vivem no território do Sisal. Esta parcela da população tem a agricultura e a pecuária como principais atividades econômicas.

A formação do território data de 2003, segundo o Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, Wilson Dias. A partir daí, o IICA desenvolveu um estudo que identificou a potencialidade econômica e elaborou um diagnóstico participativo dos municípios sisaleiros. Levantamento que contribuiu para o reconhecimento do Sisal como território.

Em fevereiro de 2007, o Instituto elaborou uma pesquisa sobre identidade territorial, que abrangeu 16 estudos de caso, um deles na Bahia, na região do sisal, englobando o município de Valente, a 260 km de Salvador, e mais cerca de 20 cidades do seu entorno.

Famoso pela atuação do terceiro setor nos seus diversos municípios, o Território do Sisal tem o associativismo e cooperativismo como práticas comuns e estratégia de desenvolvimento na região. As instituições com maior atuação são as cooperativas, as associações de agricultores e os sindicatos de trabalhadores rurais.

Dionísio de Souza, agricultor, morador de Valente, trabalha entre as fibras do sisal desde criança. Ele conta como a territorialização e o incentivo ao associativismo mudou a realidade dos moradores de Valente e trabalhadores dos diversos mercados abraçados pela linha de produção do sisal.

“Trabalhar com sisal é muito bom, estar aqui é um privilégio. Aprendi a trabalhar vendo meus pais trabalhando e tenho filhos que trabalham comigo. Já trabalhei no campo, na desfibrização e, agora, faço parte dos 500 trabalhadores da Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (Apaeb Valente)”, conta. “A Região desenvolveu muito com a Associação, buscando benefícios fora. Depois de muita luta, temos uma cadeia produtiva completa, desde a plantação até o produto final”, comemora.



A Apaeb virou modelo de associativismo no país. Fundada em 1980 por jovens agricultores dispostos a valorizar a cultura, organizar os trabalhadores e eliminar os atravessadores na comercialização da fibra, principal subproduto do sisal, modificando para sempre a vida de milhares de camponeses sisaleiros.

Misael Lopes da Cunha, presidente da Apaeb, informou que a “associação mantém um supermercado, conhecido como ‘Posto de Vendas’ e uma das maiores indústrias de tapete e carpete de sisal da Região, além de uma bateadeira comunitária do sisal, um laticínio de leite de cabra, e uma emissora de rádio e televisão, com dois noticiários diários e programas de rádio com transmissão para todos os municípios da região”.

Artesanato do Sisal

O artesanato também é uma das principais fontes de renda na região, feito principalmente do Sisal. Iniciativas como a da Associação de Mulheres Artesãs de Valente (AMAV) são reconhecidas nacionalmente.

Ana Gonçalves de Oliveira, tesoureira e membro fundadora da AMAV, explica que o empreendimento começou na cozinha da casa de uma das associadas e que valeu a pena acreditar no artesanato.

“As mulheres artesãs juntaram-se e com retalhos de panos que tínhamos em casa mesmo começamos os trabalhos. Com o apoio do sindicato dos trabalhadores de Valente, recebemos uma estrutura de Salvador e fizemos um curso de aperfeiçoamento com o objetivo de adequar nossos materiais às peças que queríamos produzir. Hoje, atendemos aos estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e países do exterior”.





Nome de valor

Considerada a capital brasileira do sisal, Valente deve seu nome a um boi. Consta que, no início do século passado, um novilho se desgarrou da boiada e se perdeu na caatinga. Durante anos, os vaqueiros tentaram pegá-lo, sem sucesso. Arisco, destemido, ele sempre dava um jeito de escapar. Até que um dia foi subjugado e levado para um curral nas cercanias do povoado que deu origem à cidade. O barbatão não aceitou, no entanto, a nova condição. Lutou até morrer. Preferiu se jogar numa vala profunda a se render.

Impressionados com sua coragem, os vaqueiros o batizaram de Valente. A partir daquele dia, o lugar passou a se chamar Povoado do Boi Valente. Com o passar dos anos, virou Vila Valente e, desde 1958, Valente, simplesmente. Situada a 215 quilômetros de Salvador, o município abriga pouco mais de 20 mil habitantes. O boi, porém, continua presente. Ganhou placa no calçadão central da cidade, como se pode ver ao lado. Tornou-se um símbolo para a população.

Como o sisal chegou?

Na região sisaleira, a planta do sisal chegou em 1910, no município de Santa Luz. Segundo Nelci Lima da Cruz, poeta e escritor do município, o sisal foi importado da Paraíba para a fazenda Bebedouro em Santa Luz.

A partir daí, a planta progrediu se expandindo para toda região. Os municípios de Santa Luz, São Domingos, Valente e Conceição do Coité são os que mais se destacaram na produção e cultivo do sisal e se tornaram referências nessa área.



A região do Sisal tem uma cultura bastante diversificada, onde tradições antigas tentam resistir à modernização que aos poucos modifica alguns cenários da região. Tradições como o *Reisado*, o *Boi Roubado* e a *Literatura de Cordel* possuem fiéis adeptos. Existem ainda os grupos de cantiga de roda como as *Cantadeiras do Sisal* e diversos grupos de teatros que em sua maioria integram jovens.



4.6 Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e do desenvolvimento rural

Essa área se reveste de grande importância para o Brasil. A inovação tecnológica é responsável pelo crescimento do país em termos de competitividade, sobretudo em época de economia globalizada. O IICA no Brasil atua no sentido de impulsionar a modernização das estruturas institucionais públicas para a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento tecnológico.

No âmbito da cooperação técnica do IICA, destacamos as seguintes ações desenvolvidas no ano de 2007:

Sistema de Informações Agropecuárias do Estado do Maranhão (Siagro)

Uma das principais atribuições da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seagro) é a de propor políticas para aproximar os resultados econômicos das necessidades do desenvolvimento rural. A definição dessas políticas exigiu a criação de um sistema de informações que atendesse às demandas de dados e informações para a operacionalização do planejamento agropecuário do Estado do Maranhão.

No Maranhão havia carência e dispersão de informações para os segmentos da agropecuária e de pesca e, quando existentes, não eram confiáveis, devido à falta de precisão e consistência, o que impedia, em alguns casos, o aproveitamento maior das ações focadas para o público preferencial da política de promoção e fortalecimento do setor agropecuário do Estado.

Nesse contexto, em parceria da Secretaria da Agricultura do Maranhão com o IICA e a Epagri-SC, foi desenvolvido e implantado o Siagro, que é um sistema de informações com indicadores econômicos, agrônômicos, sociais, geopolíticos e culturais sobre o meio rural e segmentos afins, para dar suporte às atividades do setor público agropecuário do Estado do Maranhão.

De forma geral, o sistema está voltado ao processo de operacionalização de um subsistema de banco de dados e de um subsistema de preços agropecuários, concebidos em uma estrutura passível de integrar outros subsistemas e/ou bases de dados que venham a ser de interesse.

O *software*, que foi desenvolvido com tecnologia Java, possui os conceitos de inteligência artificial para busca e cruzamento de dados que visam gerar informações fundamentais para tomada de decisão gerencial e estratégica do Estado.

O IICA teve co-participação direta na coordenação e constituição da equipe de todo o projeto, como também do processo de planejamento, definição, desenvolvimento, testes e homologação do sistema.

Quiosque do Cidadão

Num contexto onde somente uma minoria tem acesso à comunicação em rede e a velocidade da inclusão é decisiva para que a sociedade tenha sujeitos e quadros em número suficiente para aproveitar as brechas do desenvolvimento, surgiu o projeto de inclusão digital, denominado “Quiosque do Cidadão”, que é resultado de uma parceria do IICA com o Ministério da Integração Nacional (MI). O projeto visa à implantação de um modelo de telecentro, composto por computadores ligados à internet e integração a um sistema computacional. Trata-se de uma iniciativa de baixo custo, pois quase toda a infra-estrutura é doada ou cedida. Órgãos públicos doam as máquinas; as prefeituras cedem o espaço e os funcionários, além de custearem o acesso por banda larga. Nos lugares onde isso não é possível, instalam-se antenas para acesso via satélite, aproveitando-se do sinal emitido para os pontos do Gesac (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão).

Por intermédio do projeto de cooperação técnica com o IICA, são feitas as instalações dos equipamentos e do sistema operacional (*software* livre) e a capacitação dos funcionários das bibliotecas hospedeiras, que fazem o monitoramento do quiosque. Não é um curso com enfoque teórico, mas sim prático, pois a filosofia adotada é a de “aprender fazendo”, formando técnicos especializados em configuração e manutenção de computadores, periféricos e redes lógicas para cada nova unidade do Quiosque do Cidadão, proporcionando, assim, condições para garantir o perfeito funcionamento de seus equipamentos, disponibilizando acesso a tecnologias de informação e comunicação (TIC’s) a toda a comunidade local. Todo Quiosque do Cidadão recebe um CD-ROM educativo, com conteúdos sobre cidadania, inclusão social e discriminação racial, entre outros.

Estrategicamente, os municípios atendidos pelo projeto são aqueles que detêm baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com prioridade àqueles que não contam com acesso à internet.

Como principais resultados podem-se destacar:

- Em cinco anos o projeto foi implantado no Distrito Federal e em mais de cem municípios dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, atendendo cerca de 150 mil pessoas.
- Os “Quiosques” aumentaram em 60% o movimento nas bibliotecas.
- O projeto está prestes a se tornar uma política nacional.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MAPA – PDTI

Num contexto em que a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem se tornado um recurso estratégico para qualquer organização que queira manter-se competitiva no mercado e útil para a sociedade, surgiu o Projeto com o IICA para a Gestão e Modernização da Tecnologia da Informação e Implementação do Modelo de Gestão da Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



Apesar dos esforços para prover o suporte tecnológico necessário, muitas das soluções adotadas no Ministério não possuíam padronização, integração e desempenho satisfatório. Os processos de TIC não estavam definidos e implantados. Os sistemas de informação em uso eram desenvolvidos em diversas tecnologias, sem integração e com baixo desempenho, gerando uma grande insatisfação entre os usuários e impossibilitando a geração de relatórios gerenciais consistentes e confiáveis.

Diante desse cenário, tornou-se imprescindível definir e implantar um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado ao Planejamento Estratégico do MAPA. Esse plano foi concluído em 2007 e contém o diagnóstico da situação atual da TIC, as informações essenciais para o MAPA desempenhar seus principais processos, os recursos necessários para o seu atendimento, os principais processos de TIC e, sobretudo, as estratégias a serem observadas pela área, conforme recomendado no relatório da Secretaria Federal de Controle Interno, órgão da Controladoria-Geral da União/PR de 2005.

Dentre os principais resultados destacam-se:

- Explicitação dos requisitos para o direcionamento da tecnologia, alinhado aos objetivos estratégicos do MAPA, inclusive com informações sobre orçamento, segurança, direcionamento tecnológico, entre outras, gerando com isso um ambiente organizacional e tecnológico propício para atingir suas metas e objetivos.
- Soluções de TI padronizadas, baseadas em processos definidos, documentados, implantados e monitorados.
- Ambiente tecnológico controlado, monitorado e alinhado às melhores práticas de mercado.
- Trezentos e doze demandas de TI identificadas por Unidade Organizacional, por objetivo estratégico e respectivamente priorizadas.
- Modelo de Processos da Área de TI, Processos de Governança (CobiT 4.0), Processos de Engenharia de Software (MPS.BR, nível G) e Processo de Aquisição (MPS.BR) mapeados.
- Estudos de viabilidade: i) locação *versus* aquisição de *hardware*; ii) uso de *software* proprietário *versus software* livre e iii) contratação de mão-de-obra especializada terceirizada *versus* criação de quadro próprio mínimo, para orientar a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.
- Definição de 12 planos de ação para o PDTI.
- Estabelecimento de ações para a implementação, divulgação e acompanhamento das mudanças necessárias para a implantação do PDTI.

Cabe ressaltar também a parceria com a Embrapa na execução do “Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão na Pesquisa Agropecuária – Agrofuturo”, que tem destacada importância na geração e na utilização da pesquisa agropecuária para melhorar a competitividade e a qualidade das cadeias produtivas. O projeto contribui, ainda, para o desenvolvimento de comunidades rurais que precisam de tecnologia de produção agropecuária, de tecnologia de agregação de valor aos seus produtos, de conhecimentos técnicos, de



conservação dos recursos naturais, enfim, de estudos que atendam seus anseios e garantam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Destacam-se, ainda, os esforços do IICA como articulador dos programas cooperativos de pesquisa, desenvolvimento e inovação agrícola, *Proctrópicos* e *Procisur*. Dessa forma, os países das regiões amazônica e sul do hemisfério beneficiam-se dos resultados dos projetos das redes de I,D&I implementados, consolidando a cooperação técnica recíproca entre os INIAs de ambas regiões e o IICA.

O IICA no Brasil tem assumido um papel proativo na elaboração e implementação de um futuro Programa Hemisférico de Cooperação Técnica Horizontal em Agroenergia e Biocombustíveis, servindo como plataforma de cooperação hemisférica, com a finalidade de aproveitar as experiências bem-sucedidas da região na produção de biocombustíveis.



Quiosque do Cidadão

Uma parceria do IICA com o Ministério da Integração Nacional

DAS PÁGINAS DOS LIVROS PARA A TELA DO MONITOR

É impossível falar de inclusão digital sem falar de inclusão social. É por isso que a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional, com o apoio do IICA, desenvolve o projeto Quiosque do Cidadão.

Na cidade de Novo Gama, Goiás, jovens, crianças e adultos recebem o atendimento do Quiosque do Cidadão, que foi instalado dentro de uma biblioteca municipal.

Desde então, a procura por informação e conhecimento aumentou.

“A biblioteca recebia um número de usuários bem menor. A chegada do Quiosque do Cidadão fez uma revolução. Agora recebemos de crianças a idosos interessados em aprender o uso da internet”, comemora Iraildes Costa, Coordenadora da Biblioteca Municipal Castro Alves.

O projeto foi iniciado em 2003 e está implantado em 90 municípios dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Pernambuco, atendendo cerca de 150 mil pessoas. Visa fortalecer a promoção da educação, da cultura e da organização socioproductiva de famílias urbanas e rurais de baixa renda.

“Os municípios atendidos são considerados estratégicos por diversos fatores, entre eles os baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)”, afirmou André Wogel, Coordenador de Tecnologia do Ministério da Integração.

Para Peterson de Lima Pimentel, estudante, a inclusão digital é importante para os pequenos municípios. “Muitas pessoas não têm condições de ter um computador em casa. O Quiosque do Cidadão é uma ótima alternativa para esse tipo de caso, como o meu”, declarou Peterson.


“O IICA foi quem viabilizou o Projeto. Com essa parceria estamos expandindo o Quiosque do Cidadão para 23 municípios, sendo 16 no Estado da Bahia e o restante no Mato Grosso. Sem o IICA não teríamos chegado aonde chegamos. Ele é um grande parceiro do Ministério da Integração”, completou.

O Quiosque do Cidadão chegou até as comunidades indígenas do Xingu, no Mato Grosso. A perspectiva é que o Projeto seja replicado por todo o país, abrindo as portas para o infinito mundo da tecnologia e da comunicação.

“Este projeto se diferencia de outras iniciativas da mesma linha por ter conteúdos ligados à cidadania. O processo utilizado na comunicação é o lúdico (recreativo), o que facilita o aprendizado e a compreensão de temas como álcool, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, direitos e deveres do cidadão, gravidez precoce, relacionamento racial, guia de profissões, enciclopédias digitais, entre outros”, declarou Wogel.







5. Resultados da cooperação interagencial

5.1 ILPES–CEPAL

Destaca-se a parceria firmada entre a RIB e o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), que vem a ser entidade especializada em planejamento econômico regional, integrante da estrutura da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

O ILPES coordenou pedagogicamente cursos para a capacitação de agentes públicos e privados para a elaboração e gestão de planos estratégicos de desenvolvimento regional, tanto em termos econômicos quanto sociais e políticos, transmitindo técnicas e métodos concretos de gestão, sem perder de vista o contexto da globalidade do processo de desenvolvimento nacional.

5.2 CIFOR

A Representação do IICA no Brasil desenvolve desde 2006 um projeto de cooperação técnica com o Centro Internacional para Pesquisa Florestal (Cifor), que tem como objetivo contribuir para o bem-estar da população da Amazônia, por meio do desenvolvimento de metodologias e técnicas, assim como o melhoramento, sistematização e disseminação do conhecimento sobre a gestão, manejo de uso múltiplo e sustentável das terras florestais.

5.3 OPAS

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) mantêm um Memorando de Entendimento para renovar sua aliança estratégica. O objetivo é promover a saúde e a prosperidade nas comunidades rurais das Américas.

O Plano de Ação que o IICA e a OPAS desenvolverão nos próximos anos inclui saúde animal, saúde pública, zoonoses, inocuidade dos alimentos, coordenação e facilitação da cooperação horizontal; mecanismos de planejamento, programação, monitoramento, evolução e gestão do desempenho.

5.4 BID

No âmbito da aliança estratégica entre o IICA e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), destaca-se o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul – IICA/BID, envolvendo atualmente seis países, entre esses o Brasil, cuja proposta é melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais afetadas pela desertificação, a partir da mudança de comportamento, de tecnologias apropriadas e de capacitação e treinamento, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

5.5 Banco Mundial (BIRD)

No âmbito da aliança estratégica entre o IICA e o Banco Mundial (BIRD), foi executado em 2007 o “*Staff Exchange Program*”, cuja proposta é elaboração de análises econômicas e financeiras e atualização de informações relacionadas ao agronegócio.

5.6 WWC

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) tornou-se membro oficial, no dia 21 de junho, do Conselho Mundial da Água (WWC, sigla em inglês).

O Conselho Mundial da Água contribui para o avanço de temas relacionados com os recursos hídricos e atua como facilitador no debate e conscientização pública, nas políticas relativas às questões hídricas e na programação de ações efetivas.

Estabelecida em 1996, o WWC conta como membros mais de 300 organizações de 62 países, que facilitam a conservação eficiente, a proteção, o desenvolvimento à gestão e o uso da água de forma ambientalmente sustentável.

O WWC organiza eventos locais, regionais e global, enfatizando a interação entre todos os atores internos ou externos ao setor hídrico, desde os mais elevados níveis de decisão até o usuário final.

A água é um fator crítico para a agricultura. Reconhecendo esse valor, o IICA mantém projetos de cooperação técnica, como, por exemplo, o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul.

O programa busca soluções para os problemas socioeconômicos e ambientais causados pela degradação de terras áridas e secas.





6. Resultados da cooperação técnica horizontal



A equipe técnica da RIB realizou, ao longo de 2007, missões de cooperação técnica horizontal, materializadas em iniciativas conjuntas de desenvolvimento rural com outras Representações do IICA, a seguir discriminadas:

6.1 Missão Brasil–Guatemala

Missão técnica junto ao **Governo da Guatemala e a Representação do IICA naquele país**, realizada nos meses de fevereiro e março, com o objetivo de analisar a estrutura e o funcionamento do Sistema Nacional de Planificação Estratégica Territorial (Sinpet) e da Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência da República (Segeplan), seus desafios e potencialidades para promover e articular políticas públicas de desenvolvimento Territorial, e elaborar um projeto de fortalecimento técnico e institucional das entidades em desenvolvimento territorial e rural.

6.2 Visita técnica de dirigentes venezuelanos e de especialista em turismo rural do IICA/Venezuela ao Brasil

No dia 16 de agosto de 2007, a Representação do IICA no Brasil recebeu a visita técnica de dois dirigentes venezuelanos dos Estados de Portuguesa e de Lara e de especialista em turismo rural do **IICA na Venezuela**. O objetivo foi: (i) conhecer os programas de desenvolvimento rural do governo brasileiro, em especial o de desenvolvimento territorial (**SDT/MDA**) e de fortalecimento da agricultura familiar (**SAF/MDA**); e (ii) estabelecer, por intermédio do IICA, uma pauta de cooperação entre o MDA e entidades venezuelanas que atuam nos temas antes mencionados.

Como resultado dessa visita acordou-se em realizar uma Missão Técnica desta RIB à Venezuela, com o objetivo de estabelecer uma pauta de trabalho para a cooperação bilateral Brasil–Venezuela em matéria de desenvolvimento rural com enfoque territorial.

6.3 Missão Brasil–Venezuela

Missão técnica de cooperação horizontal do **IICA no Brasil à Representação do IICA na Venezuela, para o município de Sucre e o Estado de Portuguesa**, realizada em outubro, buscando estabelecer uma pauta de trabalho para a cooperação bilateral Brasil–Venezuela em matéria de desenvolvimento rural com enfoque territorial.

6.4 Cooperação Brasil–Canadá

Cooperação técnica horizontal entre as **Representações do IICA no Brasil e no Canadá**, que propiciou a realização de um treinamento de técnicos do Ministério da Agricultura do Brasil no diagnóstico, por PCR em tempo real, para a febre aftosa, estomatite vesicular e influenza aviária, no Centro Nacional de Doenças Exóticas (NCFAD), localizado em Winnipeg, no Canadá.

6.5 Visita de técnicos do IICA/Brasil à Espanha

Membros das Equipes de Desertificação e Agronegócio do IICA no Brasil participaram, na Espanha, do Seminário Internacional de Desenvolvimento Territorial, que apresentou a experiência europeia e espanhola em desenvolvimento dos territórios rurais.







7. Novas oportunidades para a cooperação técnica

No caso do Brasil, merece especial destaque a contribuição dos recursos externos para a implementação da Agenda Nacional. Tal contribuição se materializa pelos Projetos de Cooperação Técnica (PCTs) que são chancelados pelo Ministério das Relações Exteriores (MREX), por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com base no Decreto Presidencial n. 5.151, de 22 de junho de 2004, e na Portaria MREX n. 717, de 9 de dezembro de 2006.

Os PCTs estão vinculados às prioridades nacionais de desenvolvimento e se caracterizam pelas ações de capacitação técnica por intermédio do acesso e incorporação de conhecimentos, informações, tecnologias, experiências e práticas.

Em maior ou menor grau, todos os PCTs se vinculam às prioridades estratégicas do IICA e expressam as demandas específicas de seus principais parceiros em relação à Agenda Nacional. Dentre eles cabe destacar: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Meio Ambiente e, mais recentemente, o Ministério das Minas e Energia e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Aos ministérios e suas instituições vinculadas somam-se alguns estados brasileiros (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná) e outras instituições vinculadas a movimentos sociais.

O reconhecimento da Representação do IICA no Brasil à importância dos projetos de cooperação técnica materializa-se no atendimento específico prestado a cada instituição parceira, mais especificamente pela Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) e a Administração.

Em 2007, os 33 PCTs, em vigência ao longo do ano, movimentaram recursos da ordem de US\$27 milhões, gerando uma receita de TIN de aproximadamente US\$1,35 milhão. Além de um aparato administrativo ágil e eficiente, os PCTs mobilizaram especialistas em projetos de cooperação técnica e especialistas das áreas prioritárias da Representação do IICA no Brasil (RIB), os quais realizaram quase quatro centenas de intervenções técnicas, entre visitas, missões, oficinas e jornadas de trabalho, além de outras atividades presenciais. Os PCTs viabilizaram ainda a capacitação de mais de mil técnicos e vários produtos, dos quais os 436 mais significativos (estudos técnicos,

planejamentos e projetos básicos ou executivos, pareceres, perícias, metodologias e avaliações, entre outros) estão na base de dados da RIB.

Em 2007, 8 PCTs foram revisados para prorrogação de prazo de execução e adição de recursos da ordem de R\$6,6 milhões. Também em 2007, foram identificados, negociados e elaborados 8 novos PCTs, envolvendo recursos da ordem de R\$135,6 milhões.

Dentre as principais oportunidades de cooperação técnica vislumbradas para 2008 pelo IICA junto ao governo brasileiro, destacamos as seguintes:

1. Projeto de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil sob Cenários Sustentáveis
Instituição Parceira: Ministério da Integração Nacional.
Orçamento Total do Projeto: R\$21.000.000,00
2. Projeto de Cooperação Técnica para o Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS/MCT
Instituição Parceira: Ministério da Ciência e Tecnologia.
Orçamento Total do Projeto: R\$ 4.200.000,00
3. Projeto de Cooperação Técnica para o Fortalecimento e Aperfeiçoamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
Instituição Parceira: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA.
Orçamento Total do Projeto: R\$ 45.604.569,00
4. Projeto de Cooperação Técnica para a Inclusão de Áreas Rurais Isoladas no Programa Luz para Todos
Instituição Parceira: Ministério das Minas e Energias (MME).
Orçamento Total do Projeto: R\$15.000.000,00





8. Eventos de capacitação organizados e apoiados pela Representação do IICA no Brasil em 2007



NOME DO EVENTO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO
Curso de Idiomas: Inglês	Janeiro a Dezembro	Brasília-DF
Curso: Incentivo a Graduação e Pós-Graduação		Brasília-DF
Congresso Internacional de Tecnologia na Cadeia Produtiva da Cana	Fevereiro	Uberaba-MG
Curso: Contratos Agrários		
Capacitação: Aspectos Gerais da Área de Recursos Humanos IICA		Costa Rica
Seminário: <i>Content Management</i> e Gerenciamento Eletrônico de Documentos: Gerenciamento Estratégico	Março	Brasília-DF
Palestra: Assédio Moral nas Organizações		Brasília-DF
Congresso Internacional da Carne		Brasília-DF
Curso: Implementação do BSC		Brasília-DF
VI International Colloquium – Macrodynamic Capability e Economic Development		Brasília-DF
Palestra sobre Fôlderes		Brasília-DF
Curso: Formulação de Projetos Pedagógicos Produtivos na Educação Rural	Abril	Brasília-DF
Curso: Processos de Folha de Pagamento		Brasília-DF
Curso: Implementação do <i>Balanced Scorecard</i>		Brasília-DF
Evento Ethano		Brasília-DF
Curso: Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Rural	Maio	Brasília-DF
Seminário: Inventário da Educação Brasileira		Brasília-DF
Curso: Assistência Técnica e Serviços de Apoio à Agricultura e ao Desenvolvimento Rural		Brasília-DF
Palestra: Rádio, Ética e Criatividade		Brasília-DF
Curso: Rotinas e Cálculos Trabalhistas		São Paulo-SP
Curso: Introdução à Fotografia e ao Vídeo	Junho	Brasília-DF
Curso: Programa de Desenvolvimento de Gestores		Nova Lima-MG
Curso: Desafios Atuais e Perspectivas Futuras nas Negociações Regionais	Julho	Brasília-DF
Seminário: Liderança e Inovação		Brasília-DF
Curso: Bem-Estar Animal		Uruguai
Palestra: Modelo de Gestão de Comunidades		Brasília-DF
Curso: Desafios Atuais e Perspectivas Futuras nas Negociações Regionais	Agosto	Brasília-DF
Seminário: Políticas do Comércio Exterior Brasileiro	Setembro	Brasília-D
Palestra: Fazendo a Vida Mais Fácil		Brasília-DF
1º Simpósio Internacional: Melhores Práticas em Gestão Governamental	Outubro	Brasília-DF
Curso: Ética e Responsabilidade Social Empresarial no Agronegócio		Brasília-DF
Curso: <i>Balanced Scorecard</i>		Brasília-DF
Seminário Internacional: Três Visões sobre a Agricultura Mundial e Brasileira	Novembro	Brasília-DF
Palestra: A Comunicação e a Eficiência da Gestão		Brasília-DF
Palestra: A Contribuição da Ciência para o Desenvolvimento do Agronegócio Brasileiro		Brasília-DF
Seminário: Desenvolvimento Rural Territorial – Madrid		Espanha



9. Lista de publicações



ABA (Org.). *Prêmio ABA/MDA Territórios Quilombolas*. 2. ed. Brasília: IICA; NEAD/MDA., 2006.

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Cadeia produtiva da agroenergia*. Brasília: IICA; MAPA/SPA, 2007. (Série Agronegócios, 3).

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Cadeia produtiva do algodão*. Brasília: IICA; MAPA/SPA, 2007. (Série Agronegócios, 4).

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Cadeia produtiva de produtos orgânicos*. Brasília: IICA; MAPA/SPA, 2007. (Série Agronegócios, 5).

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Cadeia produtiva de madeira*. Brasília: IICA; MAPA/SPA, 2007. (Série Agronegócios, 6).

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Cadeia produtiva de frutas*. Brasília: IICA; MAPA/SPA, 2007. (Série Agronegócios, 7).

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Cadeia produtiva de carne bovina*. Brasília: IICA; MAPA/SPA, 2007. (Série Agronegócios, 8).

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Cadeias produtivas de flores e mel*. Brasília: IICA; MAPA/SPA, 2007. (Série Agronegócios, 9).

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro*. Brasília, IICA; NEAD/MDA, 2007.

DINIZ, Clélio Campolina (Org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: IICA; Ministério da Integração Nacional, 2007

ESPAÇO Regional, Brasília: Ministério da Integração Nacional; [IICA], ano 1, n. 1, jun. 2007.

FERMENT, Gilles; ZANONI, Magda. *Plantas geneticamente modificadas: riscos e incertezas*. Brasília: [IICA]; MDA, 2007. (Nead Estudos, 14).

GOVERNO DO PIAUÍ. *Iniciativas municipais para o desenvolvimento sustentável: coletânea de experiências bem-sucedidas no Brasil para serem aplicadas no âmbito da atuação do PCPR no Piauí*. Teresina, PI: IICA; Governo do Piauí, 2007.

GUILHOTO, Joaquim; AZZONI, Carlos; GAIGER, Fernando; ICHIHARA, Silvio; CAMPOLINA, Bernardo; MOREIRA, Guilherme. *PIB da agricultura familiar*. Brasil – Estados. Brasília: IICA; NEAD/MDA, 2007.

IICA; MAPA. *Plano Estratégico MAPA*. Brasília, 2007.

LIMA, Maria da Cruz (Org.). *Bacuri: agrobiodiversidade*. São Luís, MA: IICA, 2007.

MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. *Aspectos orçamentários e financeiros da reforma agrária no Brasil 2000–2005*. Brasília: IICA; NEAD/MDA, 2007. (Nead Estudos, 18).

MATTEI, Lauro. *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília, DF: IICA; NEAD/MDA, 2006. (Nead Estudos, 12).

MDA/NEAD; DIEESE. *Estatísticas do meio rural*. Brasília; São Paulo: MDA; Dieese; [IICA], 2006. (Nead Especial, 3).

- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)*. [s.l.]: IICA, [s.d.].
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Construindo um Brasil de todas as Regiões: catálogo exporegiões*. Brasília: [IICA], 2006.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *PNOT: documento base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (versão Preliminar)*. IICA; MIN, 2007.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Programas Regionais. *Faixa de Fronteira: Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF*. Brasília, DF: MIN; IICA, 2007.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Manual para apresentação de propostas: programa 0515 – Proágua Infra-Estrutura*. Brasília: IICA; MIN, 2007.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Manual para apresentação de propostas: programa 1138 – Drenagem urbana sustentável*. Brasília: IICA; MIN, 2007.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Orientações para a elaboração e apresentação de projeto de barragem*. Brasília, DF: IICA/MIN, 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Revista *Terra da Gente*: retrato de um Brasil rural. Relatório de Gestão 2003 – 2004 – 2005 – 2006. Brasília: IICA; MDA, 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Balanço MDA 2003 – 2006: Brasil desenvolvimento agrário com estratégia*. IICA; NEAD/MDA, 2007.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Desenvolvimento rural e Extrativismo. *Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil*. Brasília: MMA; [IICA], 2007.
- MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina (Org.). *Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza*. Recife; Brasília: IICA, 2006. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 4).
- MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina (Org.). *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate*. Brasília: IICA, 2006. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 5).
- MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina (Org.). *Ações de combate à pobreza rural: metodologia para avaliação de impactos*. Brasília: IICA, 2007. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 6).
- MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: IICA; NEAD/MDA, 2006.
- NEAD/MDA. *Revista de Direito Agrário*, Brasília: NEAD/MDA; IICA; ano 20, n. 18, 2007.
- NEAD/MDA. *Revista de Direito Agrário*, Brasília: NEAD/MDA; IICA; ano 20, n. 19, 2007.
- NEAD/MDA. *Revista de Direito Agrário*, Brasília: NEAD/MDA; IICA, ano 20, n. 20, 2007.
- NEAD/MDA; DIEESE. *Estudo sobre as convenções coletivas da categoria canavieira: São Paulo, Pernambuco e Goiás, 1989–2005*. Brasília: IICA; NEAD, 2007. (Nead Estudos, 17).
- NEAD/MDA; DIEESE. *Mercado de trabalho agrícola no Brasil: principais características das fontes de dados*. Brasília; São Paulo: IICA; NEAD/MDA, 2007.

NORDER, Luiz Antonio Cabello; RODRIGUES, Diego Campos Arruda (Coord.). *Memória da luta pela reforma agrária no Brasil*: catálogo do acervo da Abra no período 1967–1997. Brasília: MDA; [IICA], Londrina: UEL, 2007.

PINAZZA, Luiz Antonio. *Cadeia produtiva do milho*. Brasília: IICA; MAPA/SPA, 2007. (Série Agronegócios, 1).

PINAZZA, Luiz Antonio. *Cadeia produtiva da soja*. Brasília: IICA; MAPA/SPA, 2007. (Série Agronegócios, 2).

PINTO JÚNIOR, Joaquim Modesto; FARIAS, Valdez (Org.). *Coletânea de legislação e jurisprudência agrária e correlata*. Brasília: IICA; NEAD/MDA, 2007. t. 1.

PINTO JÚNIOR, Joaquim Modesto; FARIAS, Valdez (Org.). *Coletânea de legislação e jurisprudência agrária e correlata*. Brasília: IICA; NEAD/MDA, 2007. t. 2.

PINTO JÚNIOR, Joaquim Modesto; FARIAS, Valdez (Org.). *Coletânea de legislação e jurisprudência agrária e correlata*. Brasília: IICA; NEAD/MDA, 2007. t. 3.

RAMOS, Pedro et al. *Dimensões do agronegócio brasileiro*: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA; IICA, 2007. (Nead Estudos, 15).

REPRESENTAÇÃO DO IICA NO BRASIL. *Informe Agronegócio*, Brasília, n. 02, nov. 2006, Nodo Agronegócio;

RURIS. *Revista do Centro de Estudos Rurais*, Unicamp; NEAD/MDA; IICA, v. 1, n. 1, mar. 2007.

WORTMANN, Ellen F.; LOPES, Adriana; BUTTO, Andréa; MOLINA, Caroline (Org.). *Prêmio Margarida Alves*: II Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: [IICA]; MDA/NEAD, 2007.

REFORMA AGRÁRIA EM PROCESSO: quatro estudos empíricos. Concurso Josué de Castro. São Paulo: IICA; NEAD/MDA, 2007.

LEITURAS E INTERPRETAÇÕES: teorias e práticas sociais. Rio de Janeiro: IICA; NEAD/MDA, 2007. (Coleção CPDA Textos).

IMAGENS DA IMIGRAÇÃO E DO CAMPO. Rio de Janeiro: IICA; NEAD/MDA, 2007. (Coleção CPDA Textos).





INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
————— **Representação do IICA no Brasil** —————

w w w . i i c a . o r g . b r

SHIS QI 3, lote A, bloco F, Centro Empresarial Terracota, 71605-450 - Brasília/DF
fone: +55 (61) 2106.5477, fax: +55 (61) 2106.5459, e-mail: iica.br@ica.int